

| | |
|---|------------------|
| Assunto: TAM lidera queixas em Juizado do Aeroporto | |
| Veículo: Jornal do Commercio | |
| Editoria: ECONOMIA | Seção/Repórter: |
| Página: 2 | Data: 18/06/2014 |

jornal do  commercio

TAM é a líder em queixas no aeroporto

SERVIÇOS Juizado especial implantado no Aeroporto do Recife reúne os primeiros dados da reclamações. Erro no nome que é impresso no bilhete é a principal queixa

A companhia aérea TAM está liderando o ranking de queixas no Juizado Especial do Aeroporto, em funcionamento desde o dia 2 de junho. De acordo com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), até o último domingo, 15 dos 42 atendimentos foram reclamações contra a empresa. A principal reivindicação é a retificação do nome no bilhete aéreo.

Outros problemas registrados pelos passageiros são os atrasos e cancelamento de voos, extravio de bagagem e falta de atendimento. Dos casos apresentados ao Juizado contra a TAM, quatro chegaram a acordo entre as partes e a companhia aérea.

Por meio de nota, a TAM Linhas Aéreas informou "que está atenta às necessidades dos passageiros e prestou todos os

TAP, Gol e Azul também são citadas pelos passageiros

esclarecimentos necessários ao juizado especial do aeroporto de Recife."

Também foram registradas queixas contra outras empresas. A TAP recebeu 13 reclamações, com três acordos fechados; a Gol teve nove queixas, com três acordos; três reclamações foram registradas contra a Azul, com um acordo; e a Avianca recebeu duas queixas, com um acordo.

Dos casos em que as partes não chegaram a acordo, 11 fo-

ram ajuizadas queixas no Juizado do Aeroporto e o processo vai seguir o trâmite normal. Nos casos em que o autor da ação reside em outro estado brasileiro, ele pode optar por remeter o caso a um juizado de sua cidade ou município mais próximo. Se o reclamante for estrangeiro, a ação tramitará apenas no Juizado Especial do Aeroporto do Recife. Não é preciso recorrer a um advogado para solicitar o serviço. Basta apresentar documento de identificação com foto.

FUNCIONAMENTO

O Juizado Especial do Aeroporto está localizado na Ala Sul do primeiro andar do terminal aéreo e atua em regime de prontidão, com magistrados e servidores, até o fim do mês de julho. A proposta é facilitar a resolução de proble-

mas de relações de consumo, mediando acordos entre clientes e companhias.

Além do Juizado Especial do Aeroporto, o TJPE conta com mais dois postos avançados que funcionarão durante a Copa do Mundo. Um deles funcionará nos dias de jogos na Arena Pernambuco, com o Juizado do Torcedor e o plantão da Infância e Juventude. Casos da competência criminal de menor potencial ofensivo, que preveem punição de até dois anos de detenção, serão julgados no local.

O plantão abrirá sempre duas horas antes das partidas e se encerrará das horas após cada jogo. Também nos dias de jogos na Arena, funcionará, no anexo do Fórum de São Lourenço da Mata, plantões cível, criminal e da Infância e Juventude.

| | |
|--|-----------------------------|
| Assunto: Juizado do Aeroporto – Queixas contra as aéreas | |
| Veículo: Jornal do Commercio | |
| Editoria: ECONOMIA | Seção/Repórter: JC NEGÓCIOS |
| Página: 2 | Data: 18/06/2014 |

jornal do commercio

Queixas contra as aéreas

A marca de 15 reclamações contra a TAM, no Juizado Especial Cível do Aeroporto Internacional do Recife é até aceitável. Mas o 13 da TAP é altíssima.

| | |
|-------------------------------------|---------------------------|
| Assunto: Juiz Sílvio Romero Beltrão | |
| Veículo: Jornal do Commercio | |
| Editoria: CADERNO C | Seção/Repórter: dia-a-dia |
| Página: 3 | Data: 18/06/2014 |

jornal do commercio

O juiz Sílvio Romero Beltrão comemora a conclusão do pós-doutorado na Faculdade de Direito de Lisboa. Na ocasião, o magistrado foi homenageado pelo diretor da instituição, Jorge Duarte Pinheiro.

| | |
|---------------------------------------|-----------------------------|
| Assunto: O novo e o velho no Estelita | |
| Veículo: Jornal do Commercio | |
| Editoria: CIDADES | Seção/Repórter: JC NAS RUAS |
| Página: 2 | Data: 18/06/2014 |



O novo e o velho no Estelita

Aconteceu o pior, desnecessariamente. Na véspera da sessão da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco que poderia avaliar os recursos à liminar em favor da reintegração de posse e um dia após a reunião do prefeito Geraldo Julio em que o Consórcio Novo Recife aceitou redesenhar o projeto, o governador João Lyra Neto deu o aval para a Polícia Militar acompanhar os oficiais de justiça no cumprimento da decisão. E, como não há trabalho do Batalhão de Choque sem conflito, o desfecho violento era inevitável e previsível.

Antes do primeiro disparo de bala de borracha, alguns fatos de bastidores merecem ser destacados. Na última sexta-feira 13, os advogados do Consórcio Novo Recife foram ao TJPE, mais precisamente ao gabinete de Jones Figueirêdo, onde por ora despacha o desembargador substituto Márcio Aguiar. Os advogados cobraram que a liminar, assinada por Márcio no último dia 29, antes mesmo do pronunciamento de um juiz de primeira instância, fosse cumprida. E o magistrado voltou a alertar o Executivo sobre a necessidade de cumprimento.

No Palácio do Campo das Princesas, o governador tinha algumas opções pela frente. Poderia fazer o que fez, sem compartilhar a decisão e ciente das consequências dela, amparado no raciocínio de que decisão judicial se cumpre, não se discute. Ou esperar um pouco mais, apostando no diálogo e numa solução pacífica.

Decisão judicial é para ser cumprida. Mas também pode e deve ser debatida. A liminar já estava na praça há mais de duas semanas, porque não poderia esperar mais um dia até que os recursos fossem avaliados por um colegiado de três desembargadores? O próprio Estado já foi condenado em algumas ações e não cumpriu a decisão de imediato. Pelo contrário, protelou e protela quando é conveniente.

A resposta é uma só: política. João Lyra agiu politicamente, abrindo uma crise no PSB. Móvido por resquício da mágoa de ter sido preterido como candidato à reeleição de Eduardo Campos ou para mostrar autoridade e independência. Mais à frente, a fatura das cenas de violência registradas ontem poderá ser cobrada também politicamente.

| | |
|--|-----------------------------|
| Assunto: Cais José Estelita – Tumulto, prisões e feridos | |
| Veículo: Jornal do Commercio | |
| Editoria: CIDADES | Seção/Repórter: JC NAS RUAS |
| Página: 2 | Data: 18/06/2014 |

jornal do  commercio

Tumulto, prisões e feridos

DESOCUPAÇÃO NO CAIS Polícia Militar cumpre mandado de reintegração e retira à força ativistas da área do Consórcio Novo Recife

Ativistas que estavam acampados no terreno do Cais José Estelita, no bairro de São José, área central do Recife, foram retirados ontem de manhã pela Polícia Militar, que cumpriu mandado de reintegração de posse expedido pelo Tribunal de Justiça em 29 de maio, uma semana depois de iniciada a ocupação. Na operação, a PM usou bombas de efeito moral, balas de borracha e spray de pimenta. Pelo menos cinco pessoas ficaram feridas. Três homens e uma mulher foram presos e liberados no final da manhã. O grupo é contrário ao atual projeto Novo Recife, que prevê a construção de 12 torres empresariais e habitacionais no terreno.

A desocupação começou por volta das 5h15, quando os acampados (havia cerca de 50 pessoas) foram acordados por policiais do Batalhão de Choque e da Cavalaria da PM. “Disseram que tínhamos cinco minutos para desocupar o terreno. Tentamos negociar, pedimos que esperassem a chegada dos advogados do grupo ou do Ministério Público, mas a polícia não concordou”, comentou Chico Ludermir, um dos acampados.

João Augusto Dias, outro ativista, relatou que, diante da negativa da PM em esperar a vinda de advogados, o grupo deu as mãos e sentou no chão. “Não adiantou. Os PMs começaram a jogar bombas e vir para cima da gente. Fomos para a linha do trem, pois lá é área federal e acreditávamos que a polícia não poderia agir ali, mas não foi o que aconteceu”, afirmou João Augusto. Um dos feridos, que não quis se identificar, teve um braço, uma perna e o tórax machucados por estilhaços. “A polícia chegou atirando bombas em cima da gente. Não tínhamos nem como reagir.”

Três advogados do Centro Popular de Direitos Humanos, que representam o Movimento Ocupe Estelita, e uma do grupo Direitos Urbanos, tentaram entrar no local durante a reintegração, mas foram impedidos. “Eu fui vítima do cassetete de um dos policiais. A reintegração poderia ter acontecido sem violência e de forma voluntária. Mas não houve interesse em negociar. Infelizmente, o poder econômico está passando por cima dos direitos humanos e sociais”, ressaltou a advogada Liane Cirne Lins, do Direitos Urbanos.

O capitão Júlio Aragão, da Polícia Militar, afirmou que “houve o uso de força necessária para garantir a reintegração de posse. Não teve excesso”. Segundo ele, a PM só entrou no terreno às 6h17, após tentar negociar sem sucesso, durante uma hora, a saída dos manifestantes. O capitão não quis informar o efetivo escalado para a operação, mas os ativistas estimam entre 150 e 200 policiais.

MANIFESTAÇÃO

Por volta das 8h30, com os manifestantes já do lado de fora do terreno, dois caminhões cedidos pelo Consórcio Novo Recife recolheram os pertences do grupo e os colocaram ao lado do Viaduto Capitão Temudo. Durante toda a manhã, o Batalhão de Choque ficou enfileirado na Avenida José Estelita para garantir que os acessos ao terreno fossem fechados com tapumes – fato questionado à tarde por policiais federais, pois o embargo da obra impede qualquer benfeitoria.

O clima de tensão arrefeceu e esquentou em vários momentos, ao longo da tarde. Em um deles, manifestantes tentaram impedir a entrada de um caminhão, jogando objetos na direção do portão. O Batalhão de Choque lançou spray de pimenta contra os ativistas, dispersando-os. Um rapaz chegou a desmaiar e, enquanto era socorrido por outros, o Choque continuou a agir, desta vez com bombas de efeito moral e balas de borracha. Outro grupo de PMs efetuou disparos do alto do viaduto. Por duas vezes, pela manhã e à tarde, o trânsito foi interrompido no Cais. Por volta das 16h30, ativistas bloquearam o trânsito na Cabanga e no Viaduto Capitão Temudo, interrompendo o tráfego por uma hora. Novamente, foram dispersados pela Polícia Militar e outros cinco manifestantes teriam ficado feridos.

| | |
|--|------------------|
| Assunto: Cais José Estelita – Tumulto, prisões e feridos (cont.) | |
| Veículo: Jornal do Commercio | |
| Editoria: CIDADES | Seção/Repórter: |
| Página: 2 | Data: 18/06/2014 |

jornal do commercio

Advogado diz que acordo foi descumprido

Para o advogado Alexandre da Maia, integrante do Movimento Direitos Urbanos, a reintegração de posse do terreno no Cais José Estelita atropelou trâmites legais e acordos que vinham sendo observados ao longo da negociação. “Tudo que pedimos foi que essa reintegração não fosse nem priorizada nem atrasada, apenas que se cumprisse o prazo estipulado para que alternativas de uso ao local fossem discutidas. E no caso da reintegração, que fosse acompanhada por todos os envolvidos nas negociações”, disse.

Em seu perfil no Facebook, da Maia responsabilizou o secretário de Defesa Social, Alessandro Carvalho, por eventuais problemas que ocorressem ao longo da operação, uma vez que os oficiais responsáveis pela desocupação teriam dito que apenas estavam cumprindo ordens do secretário.

Para o secretário da Casa Civil do Governo do Estado, Luiz Vasques, cumprir uma decisão judicial é parte do regime democrático. “Estávamos demandados desde 29 de maio com uma decisão judicial. Ficamos aguardando essa mediação, quando no último dia 13, sexta-feira passada, veio uma nova demanda da Justiça, reiterando a necessidade do uso da força para fazer cumprir a decisão. Não houve outro caminho senão usar a força policial para fazer cumprir a decisão judicial”.

LEGALIDADE

A Secretaria de Defesa Social (SDS) afirmou que a operação de reintegração de posse do Cais José Estelita obedeceu a todos os ritos legais, seja no que diz respeito à comunicação a entidades, como Ministério Público e o próprio TJPE, como nos procedimentos adotados pelo Batalhão de Choque ao evacuar os ocupantes do acampamento.

Por meio da assessoria de comunicação, a SDS informou que o Ministério Público foi avisado de que a medida seria cumprida, mas que a data não seria revelada por uma questão estratégica. Com relação às denúncias de agressões por parte dos ocupantes do terreno, a SDS afirmou que todas as medidas adotadas pelos policiais militares durante a operação estão dentro do padrão previsto para ações do tipo e que não compactuaria com eventuais excessos.

| | |
|---|------------------|
| Assunto: Cais José Estelita – Detidos relatam truculência | |
| Veículo: Jornal do Commercio | |
| Editoria: CIDADES | Seção/Repórter: |
| Página: 4 | Data: 18/06/2014 |

jornal do  **commercio**

Detidos relatam truculência

DESOCUPAÇÃO NO CAIS Uma arquiteta e três estudantes foram levados para a Central de Plantões e liberados no final da manhã

As quatro pessoas detidas durante a operação de reintegração de posse no Cais José Estelita relataram atos de truculência por parte do Batalhão de Choque da Polícia Militar. Dois deles apresentavam marcas de cassete nas costas e nos braços. O argentino Milton Petruck Zock, 22 anos, aluno de economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e o peruano Lybrian Shiozawa Gill, 26, estudante de geografia da Universidade de Pernambuco (UPE), afirmaram terem sido agredidos por PMs com golpes de cassete e chicote. Além deles, foram detidos a arquiteta Cristina Lino Gouvêa e o estudante Jordyr Ricardo de Souza, 20, liberados no final da manhã após prestar depoimento ao delegado João Brito. De acordo com o policial, os quatro foram enquadrados por resistência e uma suposta agressão – não confirmada – a um policial durante a desocupação. “Não se tratam de crimes e, sim, de contravenções, que são delitos de menor potencial ofensivo. Por isso, foram liberados e vão responder junto ao Juizado de Pequenas Causas Criminais”, afirmou Brito. Levados para a Central de Plantões da Polícia Civil, em Santo Amaro, no início da manhã, foram autuados por resistência à prisão e vão responder a Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO).

Um grupo de integrantes do movimento Direitos Urbanos aguardava a liberação dos detidos, que começaram a sair por volta das 11h. Jordyr Ricardo foi o primeiro a deixar a Central de Plantões, descalço e com a roupa suja de terra. Disse que foi acordado às 5h pelos homens do Batalhão de Choque, que exigiam a saída imediata das 50 pessoas que estavam no acampamento àquela hora. “Não havia o que fazer e não resistimos. Apenas pedimos calma a eles”.

O peruano Lybrian Shiozawa foi mais contundente e mostrou a marca de uma suposta agressão sofrida nas costas por policiais militares. “Ninguém reagiu às ordens deles e mesmo assim partiram para a violência. Isso mostra como o poder público está tratando as pessoas”, comentou.

Último a sair, Milton Petruck foi o que mais detalhou o processo que culminou com a detenção dos quatro ativistas. “Os policiais chegaram ao acampamento e nos deram apenas cinco minutos para recolher tudo o que tínhamos, o que seria humanamente impossível. Depois, nos cercaram pelos dois lados do terreno e foram andando até nos espremer em direção à saída”, relatou.

SEM DIÁLOGO

Segundo Petruck, o poder público atropelou o diálogo que vinha sendo construído entre diversas entidades desde o início da ocupação, há 27 dias. “A maneira como a operação foi feita mostra como eles não desejam mais esse diálogo”, completou o estudante, que mostrou marcas de agressão por chicote no braço direito e alegou ter levado um tiro de bala de borracha na perna direita.

Integrantes do Direitos Urbanos que esperavam pela liberação dos militantes detidos relataram ao **JC** que, durante o processo de desocupação do Cais José Estelita, um grupo de pessoas entrou na área com dois caminhões-caçamba e levou objetos de valor, como câmeras e notebooks, usados nas aulas para as crianças de uma comunidade próxima.

Acompanhados de parentes e de integrantes do Direitos Urbanos, Petruck e Shiozawa saíram da Central de Plantões diretamente para o Instituto de Medicina Legal (IML), para realizar exame de corpo de delito. Segundo Petruck, o movimento pretende alardear o que ele considera o caráter arbitrário e truculento da desocupação.

Os estudantes André Luiz Medeiros, 18, e Liz Granjeiro, 20, foram levados ao Hospital Tricentenário, em Olinda. Atingido por estilhaços de bala de borracha, André foi medicado e liberado no meio da manhã. Liz deu entrada na unidade com intoxicação por conta de gás lacrimogênio e teve alta médica por volta do meio-dia.

| | |
|---|------------------|
| Assunto: Cais José Estelita – Detidos relatam truculência (cont.) | |
| Veículo: Jornal do Commercio | |
| Editoria: CIDADES | Seção/Repórter: |
| Página: 4 | Data: 18/06/2014 |

jornal do commercio

entrevista  Milton Petruck

“Foi um fuzilamento pacífico”

O argentino e estudante de economia Milton Petruck afirmou que a Polícia Militar cometeu excessos durante a reintegração ocorrida ontem. “Fui algemado e me disseram que só tinha direito a dizer ‘sim, senhor’ e ‘não, senhor’”, relata.



Diego Nigro/JC Imagem

JORNAL DO COMMERCIO – Você pode relatar o que aconteceu durante a operação de reintegração de posse do terreno no Cais José Estelita?

MILTON PETRUCK – Eram 5h e estávamos todos dormindo quando acordamos com a chegada do Batalhão de Choque da Polícia Militar. Chegaram gritando e fazendo muito barulho. Deram apenas cinco minutos para que organizássemos a saída, coisa que era humanamente impossível de se fazer, dada a quantidade de pessoas e de acessórios, como colchões, barracas, botijões de gás, entre outros utensílios.

JC – A partir daí, o que aconteceu?

MILTON – Eles cercaram o terreno do Cais pelos dois lados e foram lentamente dando passos à frente, fa-

zendo barulho, na tentativa de intimidar. Chegou um momento em que ficamos encurralados e apenas com a opção de sair pela única entrada do acampamento. Foi complicado porque havia mulheres e o clima estava muito tenso.

JC – Quando ocorreram as agressões?

MILTON – Uma das ativistas do acampamento se desentendeu com uma policial e foi agredida pela mesma. Eu entrei no meio para ajudá-la. Quando vi, fui agredido pelas costas e jogado no chão. Senti dois joelhos nas minhas costas e fiquei imobilizado por um bom tempo. Comecei a gritar que eles não tinham o menor motivo para me prender e que eu sequer sabia porque estava sendo preso. Foi aí que apanhei e ouvi de algum policial, cujo rosto não conse-

gui identificar, que as duas únicas coisas que eu poderia dizer ali eram “sim, senhor” e “não, senhor”. Eles nos bateram com uma espécie de chicote e jogaram bombas de efeito moral quando o grupo já estava encurralado. Fiquei com marcas no braço e levei um tiro de bala de borracha na perna.

JC – O que fica depois de um episódio como esse e quais os direcionamentos do grupo daqui para a frente?

MILTON – Mesmo diante de toda essa desgraça eu não estou triste nem desanimado. O que aconteceu hoje (ontem) foi um fuzilamento pacífico, mas temos que continuar a nos mobilizar. Nossa intenção agora é mostrar como essa operação da Polícia Militar foi arbitrária e truculenta.

| | |
|---|------------------|
| Assunto: Cais José Estelita – Detidos relatam truculência (cont.) | |
| Veículo: Jornal do Commercio | |
| Editoria: CIDADES | Seção/Repórter: |
| Página: 4 | Data: 18/06/2014 |

jornal do commercio

Consórcio diz que está aberto à negociação

Independentemente da desapropriação do terreno do Cais José Estelita, o Consórcio Novo Recife garantiu que continua aberto ao diálogo para se chegar a um entendimento sobre o que vai ser construído no local. A Prefeitura do Recife, por meio de nota, informou que está conduzindo o processo de negociação sobre o projeto com a participação da OAB, UFPE, Unicap, CREA, IAB, CAU e Observatório do Recife. A gestão municipal destacou que “o melhor caminho para a desocupação do terreno seria através de uma solução negociada e pacífica”.

Também por meio de nota, o Consórcio Novo Recife enfatizou que “a ilegalidade da ocupação ocorrida no dia 21 de maio foi reconhecida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, ao determinar a imediata desocupação do imóvel. O não acatamento pelos ocupantes da ordem judicial resultou na determinação de uso da força policial para o cumprimento do mandato de reintegração”.

As construtoras ressaltaram que “esse procedimento é inerente ao estado democrático, onde o direito de propriedade deve ser protegido”. A nota diz ainda que o consórcio “apontou como melhor caminho a favor do entendimento e do diálogo, a desocupação ordeira e pacífica do terreno”. As empresas reafirmaram que “durante o período de tramitação do processo de aprovação do Projeto Novo Recife, sempre mantiveram uma postura de acatamento das recomendações nas várias instâncias técnicas”.

“O alvará de demolição está suspenso, assim como o alvará de construção. Não podemos fazer nada no terreno. Continuamos dialogando sobre o projeto. Mas é um direito do consórcio ter o seu imóvel recuperado”, comentou Eduardo Moura, um dos integrantes do grupo empresarial. Na área, com 10 hectares, o consórcio planeja construir 12 prédios, com altura variando entre 20 e 41 andares. Desses, oito serão residências, com aproximadamente mil apartamentos. Haverá ainda dois empresariais e dois flats. Estão previstos cinco polos: empresarial, residencial, hoteleiro, cultural e de serviços. É um investimento de R\$ 800 milhões.

Operação da PM repudiada pelo MPF e UFPE

O Ministério Público Federal (MPF) em Pernambuco e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) repudiaram, por meio de nota, o ato de reintegração de posse da área do Cais José Estelita, bairro de São José. Em seus pronunciamentos, as duas entidades criticam o descumprimento do acordo celebrado entre as diversas instituições envolvidas, demonstrando surpresa e indignação com o uso da força policial em um processo que vinha sendo negociado pacificamente.

O MPF salientou que as obras estão embargadas e, portanto, o Consórcio Novo Recife não poderá executá-las. Lembrou que o recurso do Ministério Público Estadual (MPE) contra a reintegração não chegou a ser julgado. E registrou: “Não obstante a proposta de acordo formalizada aos Ministérios Públicos pelo município do Recife na data de ontem (anteontem), o mandado de reintegração de posse foi cumprido de forma arbitrária e com medidas típicas de cumprimento de ordens contra criminosos, sem conhecimento prévio do Ministério Público e dos representantes do movimento de ocupação, descumprindo todos os protocolos de execução de ordens de reintegração de posse das Secretarias de Defesa Social e de Direitos Humanos, que visam à desocupação pacífica e à garantia da integridade física dos ocupantes”. A UFPE ainda destacou sua preocupação quanto ao futuro das negociações.

| | |
|--|------------------|
| Assunto: Reintegração de posse no Estelita | |
| Veículo: Diário de Pernambuco | |
| Editoria: CAPA | Seção/Repórter: |
| Página: A1 | Data: 18/06/2014 |

DIÁRIO de PERNAMBUCO



PAULO PAIVA/DP/DA PRESS

Reintegração de posse no Estelita

Oito pessoas foram detidas e pelo menos dez ficaram feridas, ontem, durante conflitos entre a polícia e os manifestantes que ocupavam o terreno do Cais José Estelita. Eles foram retirados em cumprimento a uma ordem judicial de reintegração de posse expedida no dia 29 de maio pelo TJPE. O clima no local foi tenso principalmente durante a tarde. LOCAL A4

Assunto: Reintegração de posse no Estelita

Veículo: Diário de Pernambuco

Editoria: LOCAL

Seção/Repórter:

Página: A4

Data: 18/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Reintegração de posse no Estelita

Ação policial em cumprimento a ordem judicial começou de manhã, mas conflitos seguiram durante todo o dia. Oito pessoas foram detidas e dez se feriram

Os manifestantes que ocupavam o terreno do Cais José Estelita desde o dia 21 de maio foram retirados da área na manhã de ontem, em cumprimento a uma ordem judicial de reintegração de posse expedida no 29 de maio pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) Márcio Aguiar. A ação começou pouco

depois das 5h e houve confronto. Oito pessoas foram detidas e ao menos dez se feriram, a maioria delas após a desocupação, em conflitos nas ruas. O clima no local ficou tenso durante todo o dia.

Os detidos foram levados para a Central de Plantões da Polícia Civil para prestar esclarecimentos e liberados em seguida. Um engenheiro do Consórcio Novo Recife foi levado à sede da Polícia Federal para prestar esclarecimentos

tos. A reintegração durou cerca de uma hora e meia.

Acompanhados de três oficiais de Justiça e advogados do Consórcio Novo Recife, proprietário do terreno, os PMs ordenaram a saída dos ocupantes e, como eles não acataram a determinação, retiraram as barracas, livros, móveis e utensílios domésticos do acampamento. Todo o material foi colocado sob o viaduto Capitão Temudo, onde o grupo anunciou que permanecerá a partir de agora.

A estimativa dos movimentos sociais é que cerca de 50 pessoas, entre elas crianças e uma mulher grávida, estavam no terreno. Após a saída do grupo, a abertura no muro, feita para o acesso dos ocupantes à

área, foi coberta.

Os manifestantes reclamaram que a PM teria dado um prazo de apenas cinco minutos para a saída de todos. À imprensa, o porta-voz da Polícia Militar, Capitão Júlio Aragão, afirmou que os policiais tentaram negociar por cerca de uma hora antes de usar a força. Na operação, foram usados spray de pimenta e bombas de gás lacrimogênio.

À tarde, a situação voltou a ficar tensa nas imediações



Após a desocupação, a Tropa de Choque da Polícia Militar ficou enfileirada do lado de fora do terreno

do Cais José Estelita. Os policiais do Batalhão de Choque e os manifestantes entraram em três confrontos. Houve correria, e carros trafegaram na contramão. Por mais de uma hora, o grupo fechou o trânsito na subida do viaduto Capitão Temudo nos dois sentidos, causando congestionamento. Uma barricada com pneus foi montada e incendiada pelos manifestantes no local.

Em nota oficial, o Movimen-

to Ocupa Estelita afirmou que a reintegração de posse desobedeceu acordos firmados nos últimos dias. A nota diz que o processo desobedeceu os protocolos do governo, que previa informação prévia aos ocupantes e ao Ministério Público de Pernambuco, mediadora em eventual situação de conflito. O promotor Maxuel Vignoli disse que hoje vai cobrar explicações à polícia sobre a atuação dos militares na desocupação.



Ocupantes de rosto coberto levam sacos com objetos

ALLAN TORRES ESP/DF/DA PRESS

ALLAN TORRES ESP/DF/DA PRESS

| | |
|--|------------------|
| Assunto: Reintegração de posse no Estelita (cont.) | |
| Veículo: Diário de Pernambuco | |
| Editoria: LOCAL | Seção/Repórter: |
| Página: A4 | Data: 18/06/2014 |

DIÁRIO de PERNAMBUCO



Polícia usou spray de pimenta para liberar a avenida

Consórcio ressalta ocupação ilegal

O Consórcio Novo Recife se posicionou em nota sobre a reintegração de posse. O grupo afirmou que a ilegalidade da ocupação foi reconhecida pelo TJPE e que o não acatamento da ordem judicial resultou na determinação do uso da força policial para o cumprimento do mandato de reintegração. O consórcio ressaltou ainda que o procedimento é inerente ao estado democrático e que, durante todo o período de tramitação do processo de aprovação do projeto Novo Recife, sempre acatou as recomendações nas instâncias técnicas municipais, estaduais e federais, inclu-

sive a de suspensão de licença de demolição, que permanece em vigor mesmo após a desocupação.

Na nota enviada à imprensa, as empreiteiras ressaltaram ainda que apontaram a desocupação ordeira e pacífica do terreno formalmente em nota, nos três jornais de maior circulação do estado, como o melhor caminho a favor do entendimento e do diálogo. O consórcio acrescentou que sempre esteve aberto ao diálogo e aderiu à "Proposta de Procedimentos", da Prefeitura do Recife, contemplando uma agenda voltada para a discussão do projeto.

| | |
|--|------------------|
| Assunto: Reintegração de posse no Estelita (cont.) | |
| Veículo: Diário de Pernambuco | |
| Editoria: LOCAL | Seção/Repórter: |
| Página: A4 | Data: 18/06/2014 |

DIÁRIO de PERNAMBUCO



À tarde, novo conflito eclodiu embaixo de viaduto

Prefeitura defende diálogo e negociação

A Prefeitura do Recife informou que está conduzindo o processo de diálogo e negociação sobre o Novo Recife, com a participação da OAB, UFPE, Unicap, Crea, IAB, CAU e Observatório do Recife. E que já foram realizadas quatro reuniões, coordenadas pelo prefeito, nas quais foram ouvidos os representantes do Movimento Ocupe Estelita, o Consórcio Novo Recife e os ministérios públicos Estadual e Federal. Em relação à agenda elaborada na última segunda-feira para redesenhar o projeto dentro dos próximos 60 dias, a gestão municipal ressaltou que garantiu a parti-

cipação social e entende que o melhor caminho para a desocupação do terreno seria através de uma solução negociada e pacífica.

Em entrevista à TV Clube, o secretário da Casa Civil de Pernambuco, Luciano Vasquez, disse que não cabe ao governo discutir ou apreciar uma decisão judicial, mas que o governo cumpriu o que determina a Constituição e colocou a PM à disposição do cumprimento da medida. Vasquez disse ainda que, caso tenha ocorrido excessos, serão apurados com “bastante calma” pela Corregedoria da Polícia e a Secretaria de Defesa Social.

| | |
|--|------------------|
| Assunto: Reintegração de posse no Estelita (cont.) | |
| Veículo: Diário de Pernambuco | |
| Editoria: LOCAL | Seção/Repórter: |
| Página: A4 | Data: 18/06/2014 |

DIÁRIO de PERNAMBUCO



PAULO PAVAN/DP/DA PRESS

Trânsito foi parado na descida do Capitão Temudo

Entidades dizem ter sido surpreendidas

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Pernambuco, em nota assinada juntamente com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU-PE), Mestrado em Desenvolvimento Urbano da UFPE, Unicap, Crea e Observatório do Recife, afirma que todas as entidades foram pegas de surpresa e faz ponderações.

A nota diz que a causa do litígio é o vazio legislativo no Recife quanto ao disciplinamento do uso do espaço urbano e a ausência de um Plano Urbanístico. O documento ressalta que “reconhece a legitimidade política da atuação do Movimento Ocu-

pe Estelita. As entidades repudiaram a ação da PM.

O Ministério Público de Pernambuco afirmou que a reapropriação desconsiderou o diálogo, que está atento às violações de direito eventualmente ocorridas e adotará providências legais. O Ministério Público Federal e a UFPE enviaram nota de repúdio à reintegração e à ação da PM. A Anistia Internacional Brasil disse condenar o uso excessivo da força e das chamadas armas menos letais (balas de borracha, gás lacrimogêneo, spray de pimenta). A AI pediu investigação imediata e retomada da negociação.

| | |
|---|------------------|
| Assunto: Cais José Estelita – Lideranças reagem à desocupação | |
| Veículo: Diário de Pernambuco | |
| Editoria: POLÍTICA | Seção/Repórter: |
| Página: B6 | Data: 18/06/2014 |

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Lideranças reagem à desocupação

Políticos criticaram a ação da PM no cumprimento do mandado judicial de reintegração de posse do terreno do Cais José Estelita

JAIRO LIMA
Especial para o Diário

O cumprimento do mandado de reintegração de posse do terreno do Cais José Estelita, em favor do Consórcio Novo Recife, pela Polícia Militar teve repercussão no meio político, especialmente entre governistas. Durante a ação, políticos publicavam opiniões, principalmente, nas redes sociais, com críticas ao governo do estado. O terreno estava ocupado por manifestantes contrários ao projeto Novo Recife desde o dia 21 de maio e, no dia 29 do mesmo mês, o desembargador Márcio Aguiar, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, expediu a ordem judicial.

A candidata à vice-presidente da República Marina Silva (PSB), aliada do ex-governador Eduardo Campos (PSB), entendeu que a intervenção

da PM retrocedeu ao “processo que vinha sendo construído nas últimas semanas”. “O pedido de reintegração de posse poderia ter seguido o mesmo princípio do diálogo, em vez de terminar com uma desocupação arbitrária”, disse Marina em sua página do Facebook. Via Twitter, o Consórcio Novo Recife respondeu à ex-ministra, dizendo que também busca o diálogo.

A secretária municipal de Meio Ambiente, Cida Pedrosa (PCDoB), destacou a quebra no processo de negociação intermediado pela Prefeitura do Recife. Chegou a afirmar: “a ditadura voltou”. Já o ex-secretário estadual de Governo Milton Coelho (PSB) lembrou que, em 1986, camponeses acamparam em frente ao Palácio do Campo das Princesas e, “mesmo (Gustavo) Krause (então governador) sendo um homem oriundo dos governos militares, jamais ordenou a polícia, sob qualquer pretexto, agredir aquelas pessoas que estavam na Praça da República em ato político pacífico tal qual os jovens acampados no José Estelita”. O deputado federal João Paulo (PT) compareceu ao local dos protestos e foi vaiado



FACEBOOK/REPRODUÇÃO



REPRODUÇÃO DA INTERNET/FACEBOOK



REPRODUÇÃO DA INTERNET/FACEBOOK

Maioria das críticas foi feita pela internet

dos pelos manifestantes. O mesmo aconteceu com o ex-secretário estadual de Meio Ambiente Sérgio Xavier (PV), que também foi até o local ontem.

Em entrevista, o prefeito Geraldo Julio (PSB) criticou a forma como foi feita a desocupação do terreno. “Não está no caminho que a prefeitura vinha tocando, o caminho do diálogo, da conversa, da capacidade de encontrar consensos. É um ato da Justi-

ça, cumprido com apoio da polícia, mas não é um ato da prefeitura”, frisou. Ele lembrou que conduziu um processo de negociação aberto há 15 dias para solucionar o “conflito social existente”. Já o secretário estadual da Casa Civil, Luciano Vasquez, disse que o governo estadual esteve restrito ao cumprimento de uma ordem judicial. “Vamos apurar se houve excesso (policial) com calma.”

| | |
|---|------------------|
| Assunto: Cais José Estelita – Lideranças reagem à desocupação (cont.) | |
| Veículo: Diário de Pernambuco | |
| Editoria: POLÍTICA | Seção/Repórter: |
| Página: B6 | Data: 18/06/2014 |

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Debate cercado pela falta de memória

ALINE MOURA
alinemoura.pe@dabr.com.br

A retirada à força dos ativas do Cais José Estelita ontem pela manhã rendeu críticas duras dos aliados ao governo João Lyra (PSB), seja por meio de entrevistas ou nas redes sociais, mas o debate político também está cercado de falta de memória. As principais críticas foram desferidas pelo ex-vice-prefeito do Recife Milton Coelho (PSB) e pela secretária de Meio Ambiente do Recife, Cida Pedrosa, filiada ao PCdoB.

As duas lideranças se pronunciaram pelas redes sociais, seus respectivos partidos integram o governo João Lyra e tiveram a oportunidade de assistir de camarote a todas as

negociações que envolveram o Novo Recife na prefeitura. O PCdoB teve Luciano Siqueira como vice-prefeito do governo João Paulo por oito anos, enquanto Milton Coelho foi vice de João da Costa, quando o projeto começou a ser discutido.

Em 2008, na gestão do prefeito João Paulo, o terreno onde será construído o Novo Recife foi vendido pela União, através de um leilão público, a um consórcio com duas empresas privadas e não houve articulação dos governos para uso público, como exigem os manifestantes do Ocupe Estelita. Em 2012, quando se anunciou a construção de 12 torres no Cais, já no fim do governo João da Costa, Milton (em dezembro, ele se desligou

da prefeitura), não se posicionou contra em momento algum. Nem o PSB, nem o PCdoB, nem o PT.

Negociação

A polêmica sobre o Novo Recife avolumou-se com a criação do grupo Direitos Urbanos no Facebook, que não aceitou a aprovação do projeto em 2012 sem debate com a sociedade, mas João da Costa não enxergou problemas, porque tudo estava dentro da lei. O *Diário* então indagou ao prefeito eleito, Geraldo Julio (PSB), em duas ocasiões, se havia possibilidade de negociação quando ele tomasse posse. O socialista permaneceu em silêncio e só começou a negociar com parte dos envolvidos no final do ano

passado. Em dezembro, ele se reuniu com os integrantes do consórcio e negociou a ampliação de R\$ 32 milhões para R\$ 62,7 milhões em 16 ações compensatórias na área do Estelita. Com os movimentos sociais e entidades da sociedade civil, o prefeito abriu o canal de diálogo há menos de três semanas, quando ampliou a pressão popular.

Enquanto João da Costa ainda era prefeito, Geraldo Julio conseguiu articular a aprovação de três projetos de leis durante a transição para apresentar no dia 2 de janeiro de 2013. O assunto Novo Recife não foi tocado naquela época. Era espinhoso, mas tinha vários pais. Agora, ninguém assume a paternidade.

| | |
|---|------------------|
| Assunto: JUIZADO – TAM lidera queixas entre passageiros | |
| Veículo: Folha de Pernambuco | |
| Editoria: ECONOMIA | Seção/Repórter: |
| Página: 3 | Data: 18/06/2014 |



> JUIZADO

TAM lidera queixas entre passageiros

PRISCILLA COSTA

Em apenas duas semanas, o Juizado Especial Cível do Aeroporto Internacional dos Guararapes registrou 42 atendimentos. Entre as ocorrências registradas, a companhia aérea TAM despontou como o maior alvo de reclamações entre os passageiros, que apontaram a retificação de nome no bilhete aéreo como uma das principais queixas. Outros problemas registrados pelos consumidores incluíam atraso e cancelamento de voo, extravio de bagagem e falta de atendimento, conforme o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Ainda de segundo o órgão, dos casos apresentados no Juizado contra a empresa, apenas quatro chegaram a um acordo entre ambas as partes. Além disso, também houve registros contra as companhias aéreas TAP, GOL, Avianca e Azul. Segundo o

TJPE, das 45 ocorrências, apenas 11 casos não foram solucionados e, com isso, o processo vai seguir o trâmite normal. Localizado na Ala Sul do 1º andar do terminal aéreo, o serviço atua em regime de prontidão, com magistrados e servidores, até o fim do mês de julho. A proposta é facilitar a resolução de problemas de relações de consumo, mediando acordos entre clientes e companhias.

Caso a pessoa resida em outro estado, o Tribunal de Justiça aconselha o encaminhamento ao juizado da cidade mais próxima. Se o reclamante for estrangeiro, a ação tramitará apenas no Juizado Especial do Aeroporto do Recife. Porém, não é preciso recorrer a um advogado para solicitar o serviço. Basta apresentar documento de identificação com foto. Até o fechamento desta edição, a Folha de Pernambuco tentou contato com a Tam, mas não obteve êxito.

| | |
|---|------------------|
| Assunto: DÍVIDA – Clube Líbano vai ser leiloado | |
| Veículo: Folha de Pernambuco | |
| Editoria: ECONOMIA | Seção/Repórter: |
| Página: 1 | Data: 18/06/2014 |



> DÍVIDA

Clube Líbano vai ser leiloado

Leo Motta/Arquivo Folha

KLEBER NUNES

No próximo mês, o Clube Líbano Brasileiro, localizado no cobiçado bairro do Pina, será leiloado. O imóvel de 4,4 mil metros quadrados será vendido por decisão judicial em ação de execução por débito de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). O lance mínimo para arrematar o imóvel será de R\$ 17,6 milhões. Essa é apenas uma amostra da mudança que vem ocorrendo na Secretaria de Assuntos Jurídicos do Recife, responsável pela cobrança dos Créditos da Dívida Ativa (CDA) do município na justiça. Só nos primeiros cinco meses deste ano, a prefeitura arrecadou em execuções dos CDAs pouco mais de R\$ 52 milhões.

Segundo dados divulgados ontem pela secretaria, o valor cresce desde 2009 e é 115% maior do que o arrecadado em 2013. Em termos comparativos, a arrecadação por execução fiscal, entre janeiro e maio, em 2012 foi de R\$ 24,2 milhões. Já em 2013, foi de R\$ 25,04 milhões. O valor alcançado no mesmo período deste ano supera em R\$ 2,8 milhões a soma dos últimos dois anos. O valor atual se junta a mais R\$ 3,2 milhões advindos dos CDAs protestados em cartório, chegando ao montante de R\$ 55,2 milhões.

Para o procurador geral do município e responsável pela



CORREIA calcula que meta de arrecadação é de R\$ 68 milhões até o fim do ano

Saiba mais

LEILÃO - O primeiro leilão do Clube Líbano Brasileiro será no dia 4 de julho, no Fórum Rodolfo Aureliano, às 14h. Se não for arrematado ocorrerá um segundo leilão, no dia 17, no mesmo horário e local.

Secretaria de Assuntos Jurídicos do Recife, Ricardo Correia, o resultado é consequência de um trabalho iniciado no ano passado. "Fizemos vários diagnósticos na dívida ativa ajuizada. Temos cerca de 700 mil processos e apenas dois juízes para atender essa demanda, então começamos a identificar os débitos mais 'sadios', que poderiam dar retorno imediato

aos cofres dos municípios" explicou o secretário.

Dentre as estratégias utilizadas pela procuradoria da Fazenda do Recife para reaver o pagamento do IPTU e, sobretudo, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), além da penhora de bens. A arrecadação a partir da cobrança de CDA também foi incrementada com a implantação do Núcleo

de Protestos na Secretaria de Assuntos Jurídicos, em janeiro deste ano. No núcleo, os CDAs são cobrados a partir de protestos em cartório. A prefeitura tem conseguido na justiça o bloqueio das contas dos devedores e do faturamento das empresas, a exemplo de escolas e hospitais.

"Também estamos trabalhando na sensibilização dos contribuintes. É como eu costumava dizer: as creches, escolas e postos de saúde que o Recife precisa estão neste mar de execuções judiciais, por isso precisamos atuar firme para reaver esse dinheiro que é de todos. Nossa meta é chegar a R\$ 68 milhões até o fim do ano", revelou Ricardo Correia.

| | |
|--|--------------------------------|
| Assunto: Cais José Estelita – Mandado de reintegração de posse | |
| Veículo: Folha de Pernambuco | |
| Editoria: POLÍTICA | Seção/Repórter: Folha Política |
| Página: 4 | Data: 18/06/2014 |



■ **...EM..** - O mandado de reintegração de posse, no entanto, fora expedido desde 29 de maio. Na sexta, o poder judiciário reiterou decisão, solicitando urgência no cumprimento. A despeito da perspectiva de reintegração, o prefeito prosseguiu negociando com manifestantes.

■ **...ANO...** - Secretário da Casa Civil, Luciano Vásquez diz que o Governo é a favor de busca de solução que “conforte as duas partes”. Mas pondera: “Não cabe a ninguém está querendo virar a mesa. Eles a (PCR) tinham conhecimento de que existia ação judicial desde o dia 29”.

| | |
|--|------------------|
| Assunto: Praça de guerra no Cais José Estelita | |
| Veículo: Folha de Pernambuco | |
| Editoria: COTIDIANO | Seção/Repórter: |
| Página: 3 | Data: 18/06/2014 |



Manifestantes enfrentaram policiais e deflagraram caos no entorno

Praça de guerra no Cais Estelita

ORDEM DE

esvaziar a área, levada por oficiais de justiça às 5h, fez com que protestos e engarrafamentos tomassem o bairro

DIEGO MENDES
MARCÍLIO ALBUQUERQUE

Um dia depois de ter sido definido um novo calendário de encontros entre o poder público e a sociedade civil, para discutir o projeto de revitalização do Cais José Estelita, no bairro de São José, oficiais de justiça, acompanhados de policiais militares, cumpriram, ontem, a decisão judicial de reintegração de posse do terreno. A ordem, expedida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, foi assinada pelo juiz Márcio Aguiar. Escoltados por policiais, os oficiais chegaram ao local por volta das 5h.

Segundo a assessoria da PM, teria ocorrido uma negociação e foi dado um prazo para que todos os integrantes do Movimento Ocupe Estelita saíssem do espaço. Devido à resistência dos ocupantes, houve confronto e, pela manhã, o saldo foi de quatro pessoas detidas e três feridas, entre elas uma grávida. Todas foram liberadas até o final do dia. O confronto, que causou transtornos na área de mobilidade em toda região do entorno, e na saída de Boa Viagem só terminou por volta das 18h, quando as cerca de 200 pessoas que estavam no Estelita para dar apoio ao protesto, foram dispersadas.

Logo cedo, para cumprir o mandado, os policiais contaram com o Batalhão de Trânsito, que bloqueou os acessos ao Cais desde a curva do Cabanga até a subida do viaduto das Cinco Pontas. Por conta disso, o início do dia registrou um grande congestionamento na ponte Antônio de Góes, no Pina. A pista no sentido Zona Sul permaneceu bloqueada até o meio da manhã. Depois do cumprimento do mandado de reintegração de posse, os manifestantes permaneceram na frente do terreno, fruto do conflito. A situação voltou a ficar tensa quando um caminhão carregado de banheiros químicos entrou na área por volta das 10h. Além do veículo com os objetos, cerca de 100 trabalhadores entraram no espaço, entre eles, seguranças particulares. Alguns operários da construção civil também tentaram iniciar os trabalhos, mas foram impedidos pelos manifestantes. A polícia pediu reforço para conter os ânimos.

À tarde, os manifestantes se concentram na parte inferior do viaduto, bem diante do portão lateral do terreno do Estelita. Nesse momento, eles se irritaram com um grupo de funcionários que trabalhava para colocar tapumes na área. Os manifestantes tentaram impedi-los, gerando novo confronto. Em seguida, tiveram a ideia de dar "um abraço" simbólico nos prédios, e com toda essa movimentação, o tráfego na via ficou interrompido. Foi quando a Tropa de Choque entrou em ação: disparou tiros de borracha e bombas de efeito moral e gás, deixando algumas pessoas feridas, inclusive jornalistas que faziam a cobertura do evento. No meio da confusão,

dois ônibus colidiram. O trânsito no local ficou congestionado.

De acordo com um dos detidos, o estudante de Ciências Econômicas da UFPE, Milton Petrucok, que tem 22 anos e é argentino, a Polícia Militar (PM) foi para cima dos manifestantes. "Eles nos cercaram e foram agressivos. Usaram a cavalaria e o choque para nos acuar. Fui defender uma menina que estava sendo chicoteada e me pegaram", relatou. O porta-voz da PM, capitão Júlio Aragão, negou que a tropa tenha agido com truculência. Segundo o oficial, os detidos devem responder criminalmente por incitação à violência, ameaça, desobediência e, no caso específico de uma manifestante, por lesão corporal, já que ela teria mordido uma policial. Todos foram levados à Central de Flagrante da Polícia Civil.

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: Cais José Estelita | |
| Veículo: diariodepernambuco.com.br | Data: 18/06/2014 |
| Editoria: | Seção: |

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

Reintegração e tumulto no Cais José Estelita



Polícia cumpriu medida de reintegração nesta terça-feira. Foto: Allan Torres Esp DP/D.A press

Os manifestantes que ocupavam o terreno do Cais José Estelita desde o dia 21 de maio foram retirados da área na manhã desta terça-feira, em cumprimento a uma ordem judicial de reintegração de posse expedida no dia 29 de maio pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) Márcio Aguiar. A ação começou pouco depois das 5h e houve confronto. Oito pessoas foram detidas e ao menos dez se feriram, a maioria delas após a desocupação, em conflitos nas ruas. O clima no local ficou tenso durante todo o dia.

Os detidos foram levados para a Central de Plantões da Polícia Civil para prestar esclarecimentos e liberados em seguida. Um engenheiro do Consórcio Novo Recife foi levado à sede da Polícia Federal para prestar esclarecimentos. A reintegração durou cerca de uma hora e meia. Acompanhados de três oficiais de Justiça e advogados do Consórcio Novo Recife, proprietário do terreno, os PMs ordenaram a saída dos ocupantes e, como eles não acataram a determinação, retiraram as barracas, livros, móveis e utensílios domésticos do acampamento. Todo o material retirado do acampamento foi colocado sob o viaduto Capitão Temudo, onde o grupo anunciou que permanecerá a partir de agora.

A estimativa dos movimentos sociais é que cerca de 50 pessoas, entre elas crianças e uma mulher grávida, estavam no terreno. Após a saída do grupo, a abertura no muro, feita para o acesso dos ocupantes à área, foi coberta. Os manifestantes reclamaram que a PM teria dado um prazo de apenas cinco minutos para a saída de todos. À imprensa, o porta-voz da Polícia Militar, Capitão Júlio Aragão, afirmou que os policiais tentaram negociar por cerca de uma hora antes de usar a força. Na operação, foram usados spray de pimenta e bombas de gás lacrimogênio.

À tarde, a situação voltou a ficar tensa nas imediações do Cais José Estelita. Os policiais do Batalhão de Choque e os manifestantes entraram em três confrontos. Houve correria, e carros

trafegaram na contramão. Por mais de uma hora, o grupo fechou o trânsito na subida do viaduto Capitão Temudo nos dois sentidos, causando congestionamento. Uma barricada com pneus foi montada e incendiada pelos manifestantes no local.

Em nota oficial, o Movimento Ocupe Estelita afirmou que a reintegração de posse descumpriu acordos firmados nos últimos dias. A nota diz que o processo desobedeceu os protocolos do governo, que previa informação prévia aos ocupantes e ao Ministério Público de Pernambuco, mediadora em eventual situação de conflito. O promotor Maxuel Vignoli disse que hoje vai cobrar explicações à polícia sobre a atuação dos militares na desocupação.

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: Cais José Estelita | |
| Veículo: diariodepernambuco.com.br | Data: 18/06/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Prefeitura e governo do estado se posicionam sobre desocupação

A Prefeitura do Recife informou que está conduzindo o processo de diálogo e negociação sobre o Novo Recife, com a participação da OAB, UFPE, Unicap, Crea, IAB, CAU e Observatório do Recife. E que já foram realizadas quatro reuniões, coordenadas pelo prefeito, nas quais foram ouvidos os representantes do Movimento Ocupe Estelita, o Consórcio Novo Recife e os ministérios públicos Estadual e Federal. Em relação à agenda elaborada na última segunda-feira para redesenhar o projeto dentro dos próximos 60 dias, a gestão municipal ressaltou que garantiu a participação social e entende que o melhor caminho para a desocupação do terreno seria através de uma solução negociada e pacífica.

Em entrevista à TV Clube, o secretário da Casa Civil de Pernambuco, Luciano Vasquez, disse que não cabe ao governo discutir ou apreciar uma decisão judicial, mas que o governo cumpriu o que determina a Constituição e colocou a PM à disposição do cumprimento da medida. Vasquez disse ainda que, caso tenha ocorrido excessos, serão apurados com “bastante calma” pela Corregedoria da Polícia e a Secretaria de Defesa Social.

A Prefeitura do Recife divulgou nota oficial defendendo a continuidade do processo de diálogo:

A Prefeitura do Recife informa que está conduzindo o processo de diálogo e negociação sobre o projeto Novo Recife com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Católica de Pernambuco, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Instituto de Arquitetos do Brasil, Conselho de Arquitetura e Urbanismo e Observatório do Recife.

Já foram realizadas quatro reuniões, coordenadas pelo próprio Prefeito, onde ocorreu a escuta dos representantes do Movimento Ocupe Estelita, do Consórcio Novo Recife e do Ministério Público Estadual e Federal. No dia 16 de junho, foi elaborada uma agenda para redesenho do projeto nos próximos 60 dias, garantindo a participação social.

A Prefeitura entende que o melhor caminho para a desocupação do terreno seria através de uma solução negociada e pacífica. Continuaremos firmes na busca do diálogo e de uma negociação que ofereça o melhor resultado para a Cidade. O Ministério Público Federal (MPF), por meio de nota, disse que repudia a reintegração de posse no Cais José Estelita e o ato da Polícia Militar.

O Ministério Público Federal (MPF) em Pernambuco, surpreendido com a notícia da reintegração de posse da área do Pátio Ferroviário das Cinco das Pontas, no Cais José Estelita, no início desta terça-feira (17/6), vem a público repudiar o ato executado pela Polícia Militar, pelas seguintes razões:

(1) desde a noite dia 21 de maio de 2014, ativistas, após impedirem a continuidade das obras demolição iniciadas no mesmo dia sem o conhecimento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do Ministério Público e da Justiça Federal, ocupavam área do imóvel até o início do dia de hoje, em protesto, como é notório;

(2) no dia seguinte, em 22 de maio de 2014, a Justiça Federal reconheceu a ilegalidade da demolição e, a pedido do MPF, suspendeu imediatamente qualquer demolição/construção no local, decisão contra a qual não foi interposto recurso. O Iphan, no mesmo dia, também embargou as obras. Portanto, o Consórcio Novo Recife está impedido de executar qualquer obra no imóvel;

(3) no dia 29 de maio de 2014, foi expedida ordem de reintegração de posse monocraticamente pelo Juiz Márcio Aguiar, atuando em substituição no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Desta decisão recorreu o Ministério Público Estadual, através da Procuradoria de Justiça, desde o dia 02 de junho de 2014, embora o recurso não tenha sido julgado até o momento ;

(4) desde o início da ocupação, os Ministérios Público Federal e Estadual, por meio das procuradoras da República Carolina Furtado e Mona Lisa Ismail e pelos promotores de Justiça Maxwell Lucena Vignoli e Ricardo Coelho, realizaram reuniões com as partes envolvidas no intuito de intermediar as negociações para a desocupação pacífica do imóvel pelos manifestantes. Após o convite formulado pelo MPF e pelo MPPE ao prefeito do Recife para participar direta e pessoalmente das negociações, o debate foi ampliado por iniciativa do prefeito, que incluiu a participação de outros atores da sociedade, tendo sido acordado que seria apresentada uma proposta de redesenho do projeto com o fim de celebração de acordo;

(5) não obstante a proposta de acordo formalizada aos Ministérios Públicos pelo Município do Recife na data de ontem, o mandado de reintegração de posse foi cumprido de forma arbitrária e com medidas típicas de cumprimento de ordens contra criminosos, sem conhecimento prévio do Ministério Público e dos representantes do movimento de ocupação, descumprindo todos os protocolos de execução de ordens de reintegração de posse das Secretarias de Defesa Social e de Direitos Humanos, que visam à desocupação pacífica e à garantia da integridade física dos ocupantes;

(6) após a prática desse lamentável ato, o Ministério Público Federal, como órgão de defesa da cidadania, questiona a maneira pela qual o ato foi executado, ao mesmo tempo em que reitera a defesa do direito de manifestação popular pacífica, bem como do cumprimento dos acordos firmados entre órgãos públicos, representantes da sociedade civil e do setor privado, visando à solução legal dos conflitos e à proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais do cidadão.

A Polícia Militar de Pernambuco também se posicionou:

Na manhã de hoje (17), policiais militares do 16º Batalhão, que tem sede no bairro de São José, Centro do Recife, junto com PMs de unidades especializadas, como o Batalhão de Trânsito, Regimento de Polícia Montada, Batalhão de Choque, Companhia Independente de Policiamento com Cães, iniciaram a operação para garantir o cumprimento da decisão judicial que determina a reintegração de posse de imóvel no Cais José Estelita.

A operação policial, que é coordenada pelo comandante do batalhão coronel Jailon Pereira, visa apoiar preventivamente, com o uso de força policial, a oficial de justiça designada para cumprir a decisão expedida pelo juiz de Direito Márcio Aguiar, relator substituto do processo. A expectativa da Polícia Militar é que os ocupantes do imóvel atendam de forma pacífica a decisão do poder Judiciário.

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: Cais José Estelita – Consórcio ressalta ilegalidade de ocupação | |
| Veículo: diariodepernambuco.com.br | Data: 18/06/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Consórcio ressalta ilegalidade de ocupação

O Consórcio Novo Recife se posicionou em nota sobre a reintegração de posse. O grupo afirmou que a ilegalidade da ocupação foi reconhecida pelo TJPE e que o não acatamento da ordem judicial resultou na determinação do uso da força policial para o cumprimento do mandato de reintegração. O consórcio ressaltou ainda que o procedimento é inerente ao estado democrático e que, durante todo o período de tramitação do processo de aprovação do projeto Novo Recife, sempre acatou as recomendações nas instâncias técnicas municipais, estaduais e federais, inclusive a de suspensão de licença de demolição, que permanece em vigor mesmo após a desocupação.

Na nota enviada à imprensa, as empreiteiras ressaltaram ainda que apontaram a desocupação ordeira e pacífica do terreno formalmente em nota, nos três jornais de maior circulação do estado, como o melhor caminho a favor do entendimento e do diálogo. O consórcio acrescentou que sempre esteve aberto ao diálogo e aderiu à “Proposta de Procedimentos”, da Prefeitura do Recife, contemplando uma agenda voltada para a discussão do projeto.

Confira a nota emitida pelo consórcio:

Em razão dos acontecimentos decorrentes da ação de reintegração de posse promovida pela Polícia Militar de Pernambuco visando à desocupação do imóvel de propriedade do CONSÓRCIO NOVO RECIFE, localizado na Avenida José Estelita, temos a informar:

- 1) A ilegalidade da ocupação ocorrida no dia 21 de maio foi reconhecida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, ao determinar a imediata desocupação do referido imóvel. O não acatamento pelos ocupantes da ordem judicial resultou na determinação de uso da força policial para o cumprimento do mandato de reintegração expedido pelo Tribunal de Justiça.
- 2) Esse procedimento é inerente ao estado democrático, onde o direito de propriedade deve ser protegido.
- 3) O CONSÓRCIO NOVO RECIFE, através de notas publicadas nos três jornais de maior circulação do estado, em várias edições, assim como também divulgadas nas redes sociais, apontou como melhor caminho a favor do entendimento e do diálogo, a desocupação ordeira e pacífica do terreno.
- 4) O CONSÓRCIO registra também que durante todo o período de tramitação do processo de aprovação do Projeto NOVO RECIFE, sempre manteve uma postura de acatamento das recomendações nas várias instâncias técnicas – municipais, estaduais e federais.
- 5) O CONSÓRCIO, que sempre esteve aberto ao diálogo, adere à “Proposta de Procedimentos” da Prefeitura do Recife, contemplando uma agenda de trabalho voltada para a discussão do Projeto, que desde o seu início, sempre objetivou a melhor solução para a nossa cidade.

Assim, é com a crença de que a serenidade nos levará ao encontro do entendimento que sempre buscamos, pelo Recife.

| | |
|------------------------------------|-------------------------|
| Assunto: Cais José Estelita | |
| Veículo: G1 Pernambuco | Data: 18/06/2014 |
| Editoria: | Seção: |

G1**PERNAMBUCO**

Trio acusado de canibalismo vai a júri popular em Pernambuco

Crimes ocorreram em Olinda, Grande Recife, e Garanhuns, no Agreste. Defesa pode recorrer da decisão, da Vara do Tribunal do Júri de Olinda.



Jorge Beltrão e Isabel Cristina teriam conservado a carne da vítima para consumo, segundo denúncia do MPPE (Foto: Reprodução/TV Asa Branca)

A juíza Maria Segunda Gomes de Lima, da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda, Grande Recife, decidiu que Jorge Beltrão Negromonte da Silveira, Isabel Cristina Torreão Píres e Bruna Cristina Oliveira da Silva, acusados de cometer canibalismo em [Garanhuns](#), no Agreste de Pernambuco, vão a júri popular no dia 20 de outubro. O trio foi indiciado por homicídio quadruplicamente qualificado, vilipêndio (violação) e ocultação do cadáver de Jéssica Camila da Silva Pereira. A sentença, proferida na última sexta (13), foi divulgada nesta segunda (16) pela assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça. Os réus vão permanecer presos até a data do júri. A defesa

pode recorrer da decisão. No entanto, o advogado Paulo Sales, que defende Isabel Cristina, afirmou que não vai interpor recurso porque acredita na absolvição da sua cliente. Até o momento, o G1 não conseguiu contato com os demais advogados.

As qualificações do homicídio são motivo fútil, emprego de meio cruel, sem dar chance de defesa à vítima e para assegurar impunidade, ocultação e outros crimes. A denúncia do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) afirma que a vítima de 17 anos foi assassinada pelos três em maio de 2008, em Rio Doce, [Olinda](#). O corpo foi dividido em pedaços e o trio conservou a carne para consumo, ocultando as outras partes. Silveira, Píres e Silva também passaram a criar a filha da vítima. Bruna Cristina ainda assumiu a identidade de Jéssica. Os acusados também responder por duas mortes em Garanhuns. Todos os homicídios têm traços de violência, canibalismo e rituais macabros, conforme a denúncia do MPPE.

Um laudo técnico emitido em novembro passado atestou que os três não têm problemas mentais e, com isso, poderiam responder aos atos que cometeram. O homem e as duas mulheres foram avaliados pelo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), em Itamaracá, na Região Metropolitana do Recife.

Entenda o caso

O inquérito relata que Jéssica Pereira era moradora de rua, tinha 17 anos, uma filha de um ano e aceitou viver com os acusados. Eles planejaram ficar com a criança depois de matar a mãe. Em Garanhuns, as vítimas foram Giselly Helena da Silva, 31 anos, e Alexandra Falcão da Silva, 20 anos, mortas, respectivamente, em fevereiro e março de 2012.

De acordo com a polícia, a carne dos corpos das vítimas era fatiada, guardada na geladeira e consumida pelo trio. A criança, inclusive, também teria comido da carne da mãe. Eles teriam até

utilizado parte da carne das vítimas para rechear coxinhas e salgadinhos que vendiam em Garanhuns.

Os acusados afirmam fazer parte da seita Cartel, que visa a purificação do mundo e o controle populacional. A ingestão da carne fazia parte do processo de purificação. O caso veio a público depois que parentes de Giselly Helena da Silva denunciaram o seu desaparecimento. Os acusado usaram o cartão de crédito da vítima em lojas de Garanhuns e foram rastreados pela polícia. Uma publicação contendo os detalhes dos crimes - registrada em cartório - foi encontrada na casa dos réus. Para a Polícia Civil de Pernambuco, não há possibilidade de outras mortes terem sido praticadas pelo trio no estado.

| | |
|------------------------------------|-------------------------|
| Assunto: Cais José Estelita | |
| Veículo: G1 Pernambuco | Data: 18/06/2014 |
| Editoria: | Seção: |

G1

PERNAMBUCO

NORDESTE

Quatro são detidos e vários ficam feridos na desocupação do Estelita

Manifestantes dizem que reintegração foi feita de forma arbitrária. Área foi cercada com tapumes e PM continua vigiando o local.



Policiais Militares do Batalhão de Choque jogam spray de pimenta em manifestantes sentados no chão (Foto: Katherine Coutinho/G1 PE)

Quatro manifestantes foram detidos e vários outros ficaram feridos durante a reintegração de posse do terreno do Cais José Estelita, área central do [Recife](#), na manhã desta terça-feira (17). Pelo menos três pessoas foram socorridas para hospitais do Grande Recife. Entre os detidos há dois estrangeiros - um peruano e outro argentino. Foram instalados tapumes na entrada do terreno. De acordo com a PM, que permanece na área, o local está desocupado.

Todos os detidos foram levados para a Central de Flagrantes da Polícia Civil, no bairro de Campo Grande. Segundo o capitão Júlio Aragão, eles serão investigados por "desobediência, por ameaça e incitação de violência". Os quatro já prestaram depoimento e contra eles foi registrado um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) por desacato e resistência, contravenções de menor potencial ofensivo.

O Corpo de Bombeiros informou que três pessoas precisaram ser removidas para unidades de saúde. Duas delas foram levadas ao Hospital Tricentenário de Olinda: uma mulher que desmaiou e um rapaz de 18 anos que foi atingido por estilhaços de bomba de efeito moral. De acordo com o Tricentenário, o manifestante sofreu arranhões leves no peito e no braço, mas já teve alta. Conforme a unidade, a outra manifestante inalou muito gás lacrimogêneo e segue em observação, sem previsão de alta. Um outro homem foi levado para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Imbiribeira, na Zona Sul do Recife. Não há informações sobre o estado de saúde dele.

“Nós fomos surpreendidos pelo descumprimento de um acordo firmado por duas secretarias de Pernambuco, a de Defesa Social e a de Direitos Humanos, e o Ministério Público, que haviam firmado um ajuste com o movimento. Eles deram a palavra de que o mandado de reintegração de posse só viria ser cumprido com aviso prévio de 48 horas para que nós pudéssemos, voluntariamente, desocupar o espaço, sem necessidade de uso da violência”, apontou Liana Cirne Lins, advogada e integrante do grupo Direitos Urbanos (DU).

Segundo ela, os advogados dos manifestantes foram impedidos de entrar no terreno pelos policiais. “Fui empurrada pela polícia para fora e inclusive fui vítima de violência [...] Quando a própria advogada é vítima de agressão policial como eu fui, apanhei com cassetete do policial do Gati [Grupo de Apoio Tático Itinerante da PM] sem nenhuma necessidade, acho que isso é ilustrativo do que aconteceu com os ativistas pacíficos. Ficou notória a intenção de

cumprir o mandado com o máximo de violência”, afirmou Liana Cirne. Segundo ela, uma das ativistas tinha asma e desmaiou após ser atingida por spray de pimenta.

“O Batalhão de Choque esteve presente para garantir o cumprimento do mandado de reintegração de posse, por ordem da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A negociação começou a partir das 5h15 e por volta das 6h17 a Polícia Militar teve que dar cumprimento ao mandado porque havia uma resistência e uma clara ameaça ao cumprimento”, afirmou o capitão Júlio Aragão, assessor de comunicação da PM.

Segundo o PM, os policiais devem permanecer no local. "Vai ser necessário fazer a segurança para que os manifestantes não retornem. É uma área privada e vai ser entregue ao dono do terreno. A gente alerta os manifestantes e outros interessados que a ocupação desse terreno, tendo uma medida judicial em vigência, é um ato criminoso, um delito, e se assim for feito, se invadir, e houver determinação novamente da Justiça, a PM vai cumprir aquilo que estiver estabelecido em lei", completou.

De acordo com a Secretaria de Defesa Social, foi tentada uma negociação para a saída dos manifestantes ao longo de 15 dias, após a reunião feita com a Secretaria de Direitos Humanos e representante do grupo Direitos Urbanos. Segundo a SDS, na reunião desta segunda (16), na Prefeitura do Recife, os manifestantes voltaram a afirmar que não sairiam do terreno, o que teria impossibilitado a negociação. Deste modo, conforme a SDS, a PM cumpriu a ordem judicial porque não houve acordo.

Início da desocupação

O Batalhão de Choque, o Regimento da Polícia Montada e a Companhia Independente de Policiamento com Cães (CIP-Cães) da Polícia Militar fizeram um bloqueio no terreno para cumprir o mandado. Quem passou pelo local pela manhã ouviu o barulho de bombas de efeito moral e fumaça perto das barracas da ocupação. Um bloqueio policial foi montado na altura do Cabanga e nenhum carro pôde entrar na avenida do Cais.

No local, a Polícia Militar apresentou um documento onde afirma que a intenção é apoiar a oficial de justiça designada para cumprir a decisão do juiz. Apesar do [mandado de reintegração de posse](#) do terreno ter sido emitido no dia 29 de maio, havia um acordo entre os manifestantes e a PM de que seria feito um levantamento sobre o tipo de ocupação no Cais antes da retirada do grupo.

Segundo o advogado Alexandre da Maia, integrante do Direitos Urbanos, a PM informou que seria montado um esquema de desocupação junto com os envolvidos na situação. A data de reintegração de posse não ficou definida durante a reunião realizada no dia 2 de junho, que envolveu as secretarias de Defesa Social (SDS), de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SESDDH) e representantes do Direitos Urbanos (DU).

Em nota, o Consórcio Novo Recife, responsável pela obra, disse que "a ilegalidade da ocupação ocorrida no dia 21 de maio foi reconhecida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, ao determinar a imediata desocupação do referido imóvel. O não acatamento pelos ocupantes da ordem judicial resultou na determinação de uso da força policial para o cumprimento do mandato de reintegração expedido pelo Tribunal de Justiça". Veja mais abaixo a íntegra do comunicado das construtoras.

Também em nota, a Prefeitura do Recife informou que está conduzindo o diálogo e a negociação sobre o projeto Novo Recife com a participação de órgãos como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Observatório do Recife, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco (Crea-PE) e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU).

Até o momento, foram realizadas quatro reuniões em que houve a escuta dos representantes do Movimento Ocupe Estelita, Consórcio Novo Recife e Ministério Público Estadual e Federal. Para a prefeitura, “o melhor caminho para a desocupação do terreno seria através de uma solução negociada e pacífica”.

Acordos recentes

Na segunda-feira (16), em uma reunião na Prefeitura do Recife, foi fixado um prazo de 30 dias para serem estabelecidas as novas diretrizes urbanísticas para a área do Cais José Estelita. Participaram entidades como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Uma proposta de procedimentos foi assinada e será encaminhada ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Ministério Pública Federal (MPF), Consórcio Novo Recife e movimento Ocupe Estelita, que devem participar do processo de elaboração do novo projeto imobiliário para a área.

Na ocasião, foi combinada a convocação de uma audiência pública pela Prefeitura do Recife após o estabelecimento dessas diretrizes. O Consórcio Novo Recife terá, então, mais trinta dias para realizar o redesenho do projeto. Depois disso, o acordo é realizar uma nova audiência pública para que novas contribuições sejam feitas pelos envolvidos, mediante aprovação da Prefeitura.

Em relação à reintegração de posse do terreno, o prefeito Geraldo Julio disse que o assunto não foi tratado na reunião, mas que deve ser realizado em um acordo entre o movimento e as construtoras.

Assinaram o documento representantes do CAU, IAB, Crea, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), UFPE, Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec), Observatório do Recife e Fórum Estadual de Reforma Urbana (Feru). Por telefone, a assessoria de imprensa do Consórcio Novo Recife informou ao G1 que ainda não foi comunicada oficialmente sobre os novos prazos.

Entenda o caso

A área do cais foi ocupada em 21 de maio por manifestantes contrários ao projeto Novo Recife, plano imobiliário de um grupo de construtoras que prevê a construção de torres residenciais e comerciais num terreno de 10 hectares, no Centro Histórico do Recife. Eles pedem a nulidade do processo administrativo que aprovou o projeto, que hoje é objeto de ações judiciais questionando sua legalidade.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) concedeu a reintegração de posse da área, atendendo a um pedido feito por advogados do Consórcio Novo Recife. O DU e o Ministério Público recorreram da decisão, que ainda não foi analisada pela Justiça estadual. No dia 3, a Prefeitura do Recife anunciou a suspensão da licença que permitia a demolição de galpões da área do cais.

No dia 5, o engenheiro Eduardo Moura, representante da Moura Dubeux Engenharia, afirmou que o Consórcio Novo Recife concorda em produzir um novo projeto para o terreno.

A polêmica

Em 2013, a Prefeitura do Recife aprovou novas medidas referentes ao polêmico projeto imobiliário, exigindo novas ações mitigadoras - tomadas para compensar os possíveis danos causados pela construção. O valor da compensação subiu de R\$ 32 milhões para R\$ 62,7 milhões, com a inclusão de biblioteca, túnel e um parque linear, entre outros itens. Um termo de

compromisso entre a gestão municipal e consórcio de construtoras responsável pelo Projeto Novo Recife foi assinado na ocasião.

Desde que foi criado, em 2012, o projeto é alvo de polêmicas. Cinco ações questionam o Novo Recife: uma civil pública do Ministério Público estadual, uma do Ministério Público federal e três ações populares. As ações populares pedem a nulidade do ato administrativo do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) que aprovou a proposta imobiliária no fim de 2012.

Confira a nota divulgada no final da manhã pelo Consórcio Novo Recife:

"Em razão dos acontecimentos decorrentes da ação de reintegração de posse promovida pela Polícia Militar de Pernambuco visando à desocupação do imóvel de propriedade do Consórcio Novo Recife, localizado na Avenida José Estelita, temos a informar:

1) A ilegalidade da ocupação ocorrida no dia 21 de maio foi reconhecida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, ao determinar a imediata desocupação do referido imóvel. O não acatamento pelos ocupantes da ordem judicial resultou na determinação de uso da força policial para o cumprimento do mandato de reintegração expedido pelo Tribunal de Justiça.

2) Esse procedimento é inerente ao estado democrático, onde o direito de propriedade deve ser protegido.

3) O Consórcio Novo Recife, através de notas publicadas nos três jornais de maior circulação do estado, em várias edições, assim como também divulgadas nas redes sociais, apontou como melhor caminho a favor do entendimento e do diálogo, a desocupação ordeira e pacífica do terreno.

4) O Consórcio registra também que durante todo o período de tramitação do processo de aprovação do Projeto Novo Recife, sempre manteve uma postura de acatamento das recomendações nas várias instâncias técnicas – municipais, estaduais e federais.

5) O Consórcio, que sempre esteve aberto ao diálogo, adere à “Proposta de Procedimentos” da Prefeitura do Recife, contemplando uma agenda de trabalho voltada para a discussão do Projeto, que desde o seu início, sempre objetivou a melhor solução para a nossa cidade.

Assim, é com a crença de que a serenidade nos levará ao encontro do entendimento que sempre buscamos, pelo Recife.

| | |
|------------------------------------|-------------------------|
| Assunto: Cais José Estelita | |
| Veículo: G1 Pernambuco | Data: 18/06/2014 |
| Editoria: | Seção: |

G1

PERNAMBUCO

NORDESTE

Anistia Internacional, MPF e UFPE repudiam reintegração no Estelita

Entidades criticam uso da força policial para retirada de manifestantes. Grupo contrário a projeto imobiliário ocupava terreno desde 21 de maio.



Manifestantes continuam no entorno de terreno desocupado no Cais José Estelita, no Recife (Foto: Wagner Sarmento / TV Globo)

A Anistia Internacional, o Ministério Público Federal (MPF) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) informaram, nesta terça-feira (14), através de notas oficiais, que repudiam a ação de reintegração de posse do Cais José Estelita, ocorrida na manhã desta terça (17). As duas organizações fazem parte do grupo de discussão que, após a ocupação, iniciou um debate com a Prefeitura do Recife, o Consórcio Novo Recife, outros organismos e representantes do movimento Ocupe Estelita para elaborar uma reformulação do projeto imobiliário previsto para o terreno.

Através de [nota divulgada em seu site](#), a Anistia "condena o uso excessivo da força e de das chamadas armas menos letais (balas de borracha, gás lacrimogêneo, spray de pimenta) utilizadas pela Polícia Militar de Pernambuco para desocupar o Cais Estelita. [...] Os manifestantes estavam em negociação com autoridades locais, com acompanhamento do Ministério Público, e havia o compromisso de que qualquer reintegração de posse teria um aviso prévio de 48 horas. Há denúncias de manifestantes feridos, equipamentos confiscados, destruição do acampamento e pessoas detidas sob a acusação de formação de quadrilha."

Em seu comunicado, o MPF afirmou que o "o mandado de reintegração de posse foi cumprido de forma arbitrária e com medidas típicas de cumprimento de ordens contra criminosos, sem conhecimento prévio do Ministério Público e dos representantes do movimento de ocupação, descumprindo todos os protocolos de execução de ordens de reintegração de posse das secretarias de Defesa Social e de Direitos Humanos, que visam à desocupação pacífica e à garantia da integridade física dos ocupantes."

Já a UFPE se mostrou indignada com o uso da força policial. Segundo a nota divulgada pela universidade, o ocorrido "desrespeita frontalmente o acordo envolvendo diversas instituições, a Prefeitura do Recife e os empreendedores. Desta forma, a UFPE registra sua preocupação quanto ao futuro das negociações iniciadas, que tinham como objetivo a defesa de uma cidade melhor, mais humana e mais inclusiva."

Outros desdobramentos

A Prefeitura do Recife também divulgou um comunicado oficial, no qual disse entender "que o melhor caminho para a desocupação do terreno seria através de uma solução negociada e pacífica." O Consórcio Novo Recife, dono do terreno, informou por meio de nota que, como o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) havia reconhecido a ilegalidade da ocupação, o uso da força policial foi necessário para o cumprimento do mandado de reintegração.

Questionado sobre o porquê dos acordos previamente firmados entre as partes envolvidas terem sido desrespeitados, o secretário da Casa Civil, Luciano Vasquez, informou que o TJPE expediu um ofício na sexta-feira (13), reiterando a necessidade da força policial para o cumprimento do mandado de reintegração. "Decisão judicial não se discute, cumpre-se. Cabe ao Tribunal de Justiça determinar o cumprimento e a data que melhor lhe convier", relatou. A assessoria de comunicação do TJPE informou ao G1, por telefone, que a data para execução de um mandado judicial não é marcada pela corte, mas pela Polícia Militar.

Procurados pela reportagem, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura em Pernambuco, o Instituto de Arquitetos do Brasil e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, entidades que vêm participando da negociação mediada pela Prefeitura, ainda não se pronunciaram sobre a reintegração.

O MPF pediu a presença da Polícia Federal, após ser informado de que haveria uma retroescavadeira no Cais José Estelita dando continuidade à demolição, o que seria proibido, já que a obra está embargada. Ao chegar ao local, a PF não encontrou o equipamento, mas como tapumes foram instalados nos pontos do muro que estavam abertos, um engenheiro do Consórcio Novo Recife que estava no local foi convidado a prestar esclarecimentos. Ainda conforme a PF, a instalação dos tapumes não seria permitida, pois o Consórcio não pode executar qualquer tipo de obra no cais.

Bomba na porta de casa, detidos e feridos

Na manhã desta terça-feira (17), a Polícia Militar cumpriu o mandado de reintegração de posse expedido pelo desembargador Márcio Aguiar, em 29 de maio. O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recorreu da decisão, na ocasião, mas o caso não foi julgado até o momento. Segundo o TJPE, quem julgará o recurso é a 4ª Câmara Cível, que se reúne às quintas-feiras. Como nesta quinta será o feriado de Corpus Christi, uma sessão extraordinária está marcada para quarta (18), mas não há como garantir que o recurso será apreciado.

Uma jovem de 18 anos, grávida de sete meses, mora em uma casa junto ao terreno que estava ocupado. Sem se identificar, ela lembra que foi surpreendida pelas bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo. "Eu estava dentro de casa, quando a bomba estourou na porta. Fiquei muito nervosa. Tenho visto a ocupação, os manifestantes não fizeram nada", afirma Cláudia. Após se acalmar, ela dispensou a ida ao hospital.

Quatro manifestantes foram detidos e levados para a Central de Flagrantes da Polícia Civil, em Campo Grande. Os quatro já prestaram depoimento e contra eles foi registrado um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) por desacato e resistência, contravenções de menor potencial ofensivo.

O Corpo de Bombeiros informou que três pessoas precisaram ser removidas para unidades de saúde. Duas delas foram levadas ao Hospital Tricentenário de Olinda: uma mulher que desmaiou e um rapaz de 18 anos que foi atingido por estilhaços de bomba de efeito moral. De acordo com o Tricentenário, o manifestante sofreu arranhões leves no peito e no braço, mas já teve alta. Conforme a unidade, a outra manifestante inalou muito gás lacrimogêneo e segue em observação, sem previsão de alta. Outro homem foi levado para a Unidade de Pronto

Atendimento (UPA) da Imbiribeira, na Zona Sul do Recife. Não há informações sobre o estado de saúde dele.

Como se deu a desocupação

O Batalhão de Choque, o Regimento da Polícia Montada e a Companhia Independente de Policiamento com Cães (CIP-Cães) da Polícia Militar fizeram um bloqueio no terreno para cumprir o mandado, no começo da manhã desta terça. Quem passou pelo local logo cedo ouviu o barulho de bombas de efeito moral e fumaça perto das barracas da ocupação. Um bloqueio policial foi montado na altura do Cabanga e nenhum carro pôde entrar na avenida do Cais.

No local, a Polícia Militar apresentou um documento onde afirma que a intenção era apoiar a oficial de justiça designada para cumprir a decisão do juiz. Apesar do mandado de reintegração de posse do terreno ter sido emitido no dia 29 de maio, havia um acordo entre os manifestantes e a PM de que seria feito um levantamento sobre o tipo de ocupação no Cais antes da retirada do grupo.

Segundo o advogado Alexandre da Maia, integrante do Direitos Urbanos, a PM informou que seria montado um esquema de desocupação junto com os envolvidos na situação. A data da reintegração de posse não ficou definida durante a reunião realizada no dia 2 de junho, que envolveu as secretarias de Defesa Social (SDS), de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSDH) e representantes do Direitos Urbanos (DU). Houve confronto entre policiais militares e os manifestantes. A PM usou bombas de gás lacrimogêneo, gás de pimenta e balas de borracha para dispersar quem tentava resistir à desocupação.

Acordos recentes

Na segunda-feira (16), em uma reunião na Prefeitura do Recife, foi fixado um prazo de 30 dias para serem estabelecidas as novas diretrizes urbanísticas para a área do Cais José Estelita. Participaram entidades como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Uma proposta de procedimentos foi assinada e será encaminhada ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Ministério Pública Federal (MPF), Consórcio Novo Recife e movimento Ocupe Estelita, que devem participar do processo de elaboração do novo projeto imobiliário para a área.

Na ocasião, foi combinada a convocação de uma audiência pública pela Prefeitura do Recife após o estabelecimento dessas diretrizes. O Consórcio Novo Recife terá, então, mais trinta dias para realizar o redesenho do projeto. Depois disso, o acordo é realizar uma nova audiência pública para que novas contribuições sejam feitas pelos envolvidos, mediante aprovação da Prefeitura.

Em relação à reintegração de posse do terreno, o prefeito Geraldo Julio disse que o assunto não foi tratado na reunião, mas que deve ser realizado em um acordo entre o movimento e as construtoras.

Assinaram o documento representantes do CAU, IAB, Crea, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), UFPE, Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec), Observatório do Recife e Fórum Estadual de Reforma Urbana (Feru).

Entenda o caso

A área do cais tinha sido ocupada em 21 de maio por manifestantes contrários ao projeto Novo Recife, plano imobiliário de um grupo de construtoras que prevê a construção de torres residenciais e comerciais num terreno de 10 hectares, no Centro Histórico do Recife. Eles

pedem a nulidade do processo administrativo que aprovou o projeto, que hoje é objeto de ações judiciais questionando sua legalidade.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) concedeu a reintegração de posse da área, atendendo a um pedido feito por advogados do Consórcio Novo Recife. O grupo Direitos Urbanos (DU) e o Ministério Público recorreram da decisão, que ainda não foi analisada pela Justiça estadual. No dia 3 de junho, a Prefeitura do Recife anunciou a suspensão da licença que permitia a demolição de galpões da área do cais.

Dois dias depois, em 5 de junho, o engenheiro Eduardo Moura, representante da Moura Dubeux Engenharia, afirmou que o Consórcio Novo Recife concorda em produzir um novo projeto para o terreno.

Medidas mitigadoras e contestações judiciais

Em 2013, a Prefeitura do Recife aprovou novas medidas referentes ao polêmico projeto imobiliário, exigindo novas ações mitigadoras - tomadas para compensar os possíveis danos causados pela construção. O valor da compensação subiu de R\$ 32 milhões para R\$ 62,7 milhões, com a inclusão de biblioteca, túnel e um parque linear, entre outros itens. Um termo de compromisso entre a gestão municipal e consórcio de construtoras responsável pelo Projeto Novo Recife foi assinado na ocasião.

Desde que foi criado, em 2012, o projeto é alvo de polêmicas. Cinco ações questionam o Novo Recife: uma civil pública do Ministério Público estadual, uma do Ministério Público federal e três ações populares. As ações populares pedem a nulidade do ato administrativo do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) que aprovou a proposta imobiliária no fim de 2012.

| | |
|------------------------------------|-------------------------|
| Assunto: Cais José Estelita | |
| Veículo: NE 10 | Data: 18/06/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Após reintegração de posse, manifestantes realizam abraço coletivo no Cais José Estelita



Manifestantes gritam palavras de ordem e estão de mãos dadas

Os manifestantes do Movimento Ocupe Estelita realizam na tarde desta terça-feira (17) um abraço coletivo no Cais José Estelita, no Recife. De mãos dadas, os ativistas gritam palavras de ordem como "resistir" e ocupar". Desde que a Polícia Militar de Pernambuco cumpriu nesta manhã a reintegração de posse do terreno do Cais José Estelita, os ocupantes contrários ao projeto Novo Recife, que estavam acampados no terreno desde o dia 21 maio, começaram a protestar.

Pelo menos quatro pessoas foram detidas pela Polícia Militar durante a reintegração por "incitação à violência e desobediência à ordem judicial". Os detidos foram levados para a Central de Plantões da Capital. A decisão da reintegração foi dada no dia 29 de maio pelo desembargador Márcio Fernando de Aguiar Silva, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

| | |
|------------------------------------|-------------------------|
| Assunto: Cais José Estelita | |
| Veículo: NE 10 | Data: 18/06/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Embargo proíbe tapumes no Estelita; engenheiro presta esclarecimento à PF

Um engenheiro da Construtora Queiroz Galvão, que não foi identificado, foi levado pela polícia federal (PF) no começo da tarde desta terça-feira (17) para prestar depoimento depois de uma das empresas responsáveis pela obra tentar isolar as entradas do Cais Estelita com tapumes. Policiais federais foram no terreno e levaram o engenheiro para prestar esclarecimentos sobre o trabalho que estava sendo realizado no local. O material utilizado para fechar as entradas foi recolhido, pois nenhuma intervenção pode ser realizada pelas construtoras [devido ao embargo da obra realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional \(Iphan\)](#).

De acordo com o assessor da Polícia Federal, Giovani Santoro, a PF aguarda a chegada do advogado do engenheiro. A assessoria do Projeto Novo Recife informou que o engenheiro foi levado apenas para esclarecer sobre os tapumes que estavam sendo colocados.

Manifestantes permanecem no Cais José Estelita desde o começo da manhã, quando houve a reintegração de posse que foi dada no dia 29 de maio pelo desembargador Márcio Fernando de Aguiar Silva, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Os manifestantes que estavam no terreno desde o dia 21 de maio [realizaram no começo dessa tarde um abraço coletivo](#).

[Durante a ação de reintegração](#), que começou por volta das 5h30 da manhã, três pessoas ficaram feridas e pelo menos quatro foram detidas por incitação à violência e desobediência à ordem judicial. Os detidos foram o argentino intercambista, estudante de economia da UFPE, Milton Petrucosok, 22 anos, o peruano Lybrian Shiozawa Gill, 26, Jordi Ricardo Souza e arquiteta Cristina Gouvêa, 33 anos. Os quatro já foram liberados.

Pelo menos três feridos foram socorridos pelo Corpo de Bombeiros. Entre eles, um homem não identificado foi encaminhado à UPA da Imbiribeira. André Luiz Medeiros, 18, e Lis Granjeiro, de 20 anos, foram levados ao Hospital Tricentenário, em Olinda. De acordo com a assessoria da unidade de saúde, André chegou com ferimentos provocados por uso de gás lacrimogêneo e estilhaços. Os médicos fizeram curativos e ele foi liberado.

ANISTIA INTERNACIONAL - A Anistia Internacional divulgou uma nota no começo da tarde condenando o uso excessivo da força e de das chamadas armas menos letais (balas de borracha, gás lacrimogêneo, spray de pimenta) utilizadas pela Polícia Militar durante a decocupação do Cais Estelita. A Anistia pediu a investigação dos abusos cometidos pela PM durante a ação.

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: TAM lidera queixas no Juizado Especial Cível do Aeroporto Internacional do Recife | |
| Veículo: Jconline | Data: 18/06/2014 |
| Editoria: | Seção: |



TAM lidera queixas no Juizado Especial Cível do Aeroporto Internacional do Recife

Dos 42 atendimentos realizados até o último domingo, 15 são contra a companhia. Há também denúncias contra TAP, GOL, Azul e Avianca

A companhia aérea TAM está liderando o ranking de queixas no Juizado Especial do Aeroporto, em funcionamento desde o dia 2 de junho. De acordo com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), até o último domingo (15), 15 dos 42 atendimentos foram reclamações contra a empresa. A principal reivindicação é a retificação do nome no bilhete aéreo. Outros problemas registrados pelos passageiros são os atrasos e cancelamento de voos, extravio de bagagem e falta de atendimento. Dos casos apresentados ao Juizado contra a TAM, quatro chegaram a acordo entre as partes e a companhia aérea. Por meio de nota, a TAM Linhas Aéreas informou “que está atenta às necessidades dos passageiros e prestou todos os esclarecimentos necessários ao juizado especial do aeroporto de Recife.”

MAIS EMPRESAS - Também foram registradas queixas contra outras empresas. A TAP recebeu 13 reclamações, com três acordos fechados; a GOL teve nove queixas, com três acordos; três reclamações foram registradas contra a Azul, com um acordo; e a Avianca recebeu duas queixas, com um acordo. Dos casos em que as partes não chegaram a acordo, 11 foram ajuizadas queixas no Juizado do Aeroporto e o processo vai seguir o trâmite normal. Nos casos em que o autor da ação reside em outro estado brasileiro, ele pode optar por remeter o caso a um juizado de sua cidade ou município mais próximo. Se o reclamante for estrangeiro, a ação tramitará apenas no Juizado Especial do Aeroporto do Recife. Não é preciso recorrer a um advogado para solicitar o serviço. Basta apresentar documento de identificação com foto.

FUNCIONAMENTO - O Juizado Especial do Aeroporto está localizado na Ala Sul do primeiro andar do terminal aéreo e atua em regime de prontidão, com magistrados e servidores, até o fim do mês de julho. A proposta é facilitar a resolução de problemas de relações de consumo, mediando acordos entre clientes e companhias.

Além do Juizado Especial do Aeroporto, o TJPE conta com mais dois postos avançados que funcionarão durante a Copa do Mundo. Um deles funcionará nos dias de jogos na Arena Pernambuco, com o Juizado do Torcedor e o plantão da Infância e Juventude. Casos da competência criminal de menor potencial ofensivo, que preveem punição de até dois anos de detenção, serão julgados no local. O plantão abrirá sempre duas horas antes das partidas e se encerrará das horas após cada jogo. Também nos dias de jogos na Arena, funcionará, no anexo do Fórum de São Lourenço da Mata, plantões cível, criminal e da Infância e Juventude.

| | |
|---|------------------|
| Assunto: Advogada diz que reintegração do Estelita foi irregular | |
| Veículo: Blog do Jamildo | Data: 18/06/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Advogada diz que reintegração do Estelita foi irregular



Cerca de 50 pessoas passaram a noite próximo ao Cabanga Iate Clube. Foto: Elvis de Lima/NE10

Por Ana Maria Miranda, do NE10

A advogada do Centro Popular de Direitos Humanos, Luana Varejão, disse em entrevista ao Portal NE10 na manhã desta quarta-feira (18) que a ação da Polícia Militar de Pernambuco na retirada dos ocupantes do Cais José Estelita, no Recife, nessa terça, foi realizada de forma irregular. “Existe uma lei estadual que disciplina as ações da polícia em reintegrações de posse. Logo no primeiro artigo, diz que o o Ministério Público tem que ser comunicado e estar presente”, afirmou.

De acordo com ela, representantes do movimento se reuniram com promotores do Ministério Público de Pernambuco após a reintegração na tentativa de articular um diálogo com a Secretaria de Defesa Social para que os manifestantes, que agora acampam embaixo do Viaduto Capitão Temudo, “não voltem a sofrer represálias da polícia”.

Cerca de 50 pessoas em 10 barracas passaram a noite dessa terça para quarta no local, nas imediações do Cabanga Iate Clube. Duas viaturas da Polícia Militar estão de plantão na área.



Renato Feitosa diz que noite foi de insegurança. Foto: Elvis de Lima/NE10

O manifestante Renato Feitosa, 31 anos, disse que passou a noite de insegurança, por não saber se sofreria algum tipo de repressão por parte da polícia: “Apesar de a gente ter perdido toda a estrutura que tínhamos construído durante esses 27 dias de ocupação e durante a reintegração sofremos danos aos bens materiais, tivemos bens roubados, mas a colaboração das pessoas da cidade com doações, e dando apoio para saber mais sobre o movimento e a situação das pessoas após a violência que a gente sofreu, ajudou a superar essas questões.”

Ainda segundo ele, o grupo está preparado para continuar a luta. “Estamos prontos para voltar e se reestruturar como o Ocupe Estelita sempre foi, uma proposta positiva, prestando pela legalidade e pelo patrimônio histórico, contra o Projeto Novo Recife da forma como ele está”, concluiu.

A PM chegou próximo às 5h30 e empregou bombas de efeito moral, balas de borracha e spray de pimenta. No fim da manhã, não havia mais manifestantes dentro da propriedade. Já do lado de fora, ativistas do Ocupe Estelita realizaram um abraço coletivo no cais, gritando palavras de ordem como “resistir” e ocupar”.



Foto: Elvis de Lima/NE10

À tarde, quase dez horas depois da desocupação, o Batalhão de Choque da PM voltou a atuar contra os ativistas, que continuavam no entorno. Os policiais voltaram a usar balas de borracha, gás lacrimogêneo e spray de pimenta, o que acabou causando uma colisão entre dois ônibus no local. Os manifestantes também denunciaram várias ações de violência por parte dos policiais.

CRONOLOGIA – No dia 21 de maio, alguns galpões do cais começaram a ser demolidos. Por meio das redes sociais, o grupo, que se autodenomina “Ocupe Estelita”, se reuniu para acampar no local, onde realizavam discussões e manifestações artísticas.

Os manifestantes são contra o Projeto Novo Recife, das construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e Ara Empreendimentos, que prevê a construção de 12 torres de 40 andares no local. Eles acreditam que o terreno poderia ser utilizado para construir algo que “todos pudessem utilizar”.



Foto: Mariana Campello/NE10

No dia 22 de maio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) embargou a obra com o objetivo de proteger o patrimônio arqueológico.

No dia 29 de maio, o desembargador Márcio Fernando de Aguiar Silva, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), concedeu a reintegração de posse do terreno.

No dia 3 de junho, a Prefeitura do Recife (PCR), suspendeu o alvará de demolição da obra.

Nessa segunda-feira (16), a Prefeitura do Recife e as entidades e instituições que mediam as negociações sobre o Projeto Novo Recife assinaram documento com oito tópicos que definem o processo e os prazos para o redesenho das construções. As resoluções propostas pela PCR, com alterações de alguns termos técnicos sugeridas pelos grupos, propõem que, em um mês, sejam estabelecidas as diretrizes urbanísticas. O mesmo prazo foi dado para que o consórcio formado por quatro construtoras refaça o projeto a partir do estabelecimento das orientações, após audiência pública.

Mais uma audiência será convocada após o redesenho do projeto, para que a Prefeitura e as entidades avaliem as mudanças, de acordo com as diretrizes. O passo seguinte é a apreciação dessas modificações, já com as sugestões das instituições mediadoras, por todos os grupos envolvidos, incluindo o Consórcio Novo Recife e o Movimento Ocupe Estelita.

| | |
|--|------------------|
| Assunto: Marina defende Ocupe Estelita e diz que ação da PM de João Lyra foi arbitrária | |
| Veículo: Blog do Jamildo | Data: 18/06/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Marina defende Ocupe Estelita e diz que ação da PM de João Lyra foi arbitrária



João Lyra e Marina Silva lado a lado na convenção do PSB que lançou Paulo Câmara candidato. Foto: Alúcio Moreira/PSB

Vice do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos (PSB) na disputa pela Presidência da República, a ex-senadora acriana Marina Silva (Rede/PSB) usou o Facebook para defender o movimento Ocupe Estelita e criticar a reintegração de posse do terreno onde será erguido o projeto Novo Recife no Cais José Estelita, no bairro de São José. Para Marina, a desocupação realizada pela Polícia Militar, comandada pelo governador João Lyra Neto (PSB), foi realizada de forma arbitrária.

“Desde o início da ocupação do cais José Estelita, ativistas da Rede vem participando do movimento contra a destinação inadequada da área, realizada pela Prefeitura de Recife em 2008. Sempre defendemos o diálogo que vinha ocorrendo entre os integrantes do movimento, Prefeitura de Recife, governo do Estado e Ministério Público, processo que definiria em comum acordo qual a melhor destinação da área”, escreveu a pré-candidata.

“O pedido de reintegração de posse expedido pela Justiça e executado nesta terça-feira poderia ter seguido o mesmo princípio do diálogo, em vez de terminar com uma desocupação arbitrária. A ação violenta da polícia é inaceitável, desnecessária e está em desacordo com todo o processo que vinha sendo construído nas últimas semanas”, disse ainda.

A ocupação do terreno por manifestantes contrários à construção do empreendimento começou no dia 21 de maio, após o consórcio responsável pelo Novo Recife dar início à demolição dos galpões, com autorização da Prefeitura do Recife. De lá para cá, o prefeito Geraldo Julio (PSB) deu início a um processo de negociação entre as partes para tentar um possível redesenho do projeto.

A reintegração de posse havia sido dada pelo desembargador Márcio Fernando de Aguiar Silva, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), no dia 29, antes do início das negociações. Na última sexta-feira (13), o Tribunal teria pressionado o Governo do Estado a cumprir o mandado, o que legou a PM a realizar a desocupação no início da manhã dessa terça (17).

Segundo os manifestantes, o Governo do Estado descumpriu um acordo de dar um aviso prévio de 48h antes de realizar a reintegração de posse. Eles também alegam que a PM agiu com excesso e violência. Geraldo Julio também se queixou da condução da desocupação.

| | |
|--|------------------|
| Assunto: TAM lidera ranking de queixas no Juizado Especial do Aeroporto | |
| Veículo: Blog do Jamildo | Data: 18/06/2014 |
| Editoria: | Seção: |



TAM lidera ranking de queixas no Juizado Especial do Aeroporto

Em funcionamento desde o dia 2 junho, o Juizado Especial Cível do Aeroporto Internacional do Recife registrou, até o último domingo (15/6), 42 atendimentos. Desses, 15 foram reclamações contra a empresa aérea TAM, sendo a maior reivindicação a retificação de nome no bilhete aéreo. Outros problemas registrados pelos passageiros incluíam atraso e cancelamento de voo, extravio de bagagem e falta de atendimento.

Dos casos apresentados no Juizado contra a TAM, quatro chegaram a acordo entre as partes e a empresa aérea. Também houve registros contra a TAP, 13 reclamações com três acordos fechados; Gol, nove reclamações com três acordos; Azul, três reclamações e um acordo; e Avianca, duas reclamações com um acordo.

Dos casos em que as partes não chegaram a acordo, em 11 foram ajuizadas queixas no Juizado do Aeroporto e o processo vai seguir o trâmite normal. Localizado na Ala Sul do 1º andar do terminal aéreo, o serviço atua em regime de prontidão, com magistrados e servidores, até o fim do mês de julho. A proposta é facilitar a resolução de problemas de relações de consumo, mediando acordos entre clientes e companhias.

Nos casos em que o autor da ação resida em outro Estado brasileiro, ele pode optar por remeter o caso a um juizado de sua cidade ou município mais próximo. Se o reclamante for estrangeiro, a ação tramitará apenas no Juizado Especial do Aeroporto do Recife. Não é preciso recorrer a um advogado para solicitar o serviço. Basta apresentar documento de identificação com foto.

Além do Juizado Especial do Aeroporto, o TJPE conta com mais dois postos avançados que funcionarão durante a Copa do Mundo. Um deles funcionará nos dias de jogos na Arena Pernambuco, com o Juizado do Torcedor e o plantão da Infância e Juventude. Casos da competência criminal de menor potencial ofensivo, que preveem punição de até dois anos de detenção, serão julgados no local. O plantão abrirá sempre duas horas antes das partidas e se encerrará das horas após cada jogo. Também nos dias de jogos na Arena, funcionará, no anexo do Fórum de São Lourenço da Mata, plantões cível, criminal e da Infância e Juventude.

| | |
|--|------------------|
| Assunto: OAB solta nota sobre reintegração de posse no Cais José Estelita | |
| Veículo: Blog do Jamildo | Data: 17/06/2014 |
| Editoria: | Seção: |



OAB solta nota sobre reintegração de posse no Cais José Estelita

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Pernambuco, Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco – CAU-PE, Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco – MDU/UFPE, Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco – CREA-PE e o Observatório do Recife, por intermédio de seus legítimos representantes no respectivo fórum, integrantes de um colegiado instaurado e presidido pelo Prefeito do Recife, com o propósito de contribuir para mediação do conflito existente entre o Consórcio Novo Recife e o Movimento Ocupe Estelita, surpreendidos com os acontecimentos desta manhã com a reintegração coercitiva da posse do imóvel no Cais José Estelita, no dia subsequente a uma rodada de negociação onde restou deliberada a definição de procedimentos para revisão do projeto, vêm de público manifestar:

Entendemos que a principal causa do litígio instaurado entre as partes diz respeito ao evidente vazio legislativo existente no Município do Recife, quanto ao disciplinamento eficaz e moderno do uso e ocupação do espaço urbano, notadamente no que concerne à ausência de um Plano Urbanístico para nossa cidade, com a regulamentação da exigência do Estudo de Impacto de Vizinhança dentre outros mecanismos de disciplinamento das intervenções do mercado imobiliário de forma integrada em nosso território;

A ausência de leis e instrumentos mais eficazes para consecução de uma política de desenvolvimento urbano é agravada por um claro desmantelamento, ao longo das últimas décadas, da estrutura administrativa da Prefeitura no seu papel de planejamento urbano;

Contudo, compreendemos que o respeito às decisões judiciais é um pressuposto essencial do Estado Democrático de Direito;

Reconhecemos, no entanto, a legitimidade política da atuação do Movimento Ocupe Estelita, que congrega indivíduos de diversos segmentos sociais, unidos em um propósito vanguardista de discutir e tencionar a ocupação sustentável dos espaços urbanos de nossa cidade, pelo que nos colocamos contrários a tentativa de criminalização da conduta de seus integrantes;

Repudiamos, ainda, os excessos e uso indiscriminado da violência no cumprimento do mandado judicial de reintegração de posse, o que deve ser rigorosamente apurado pelas instâncias próprias da Secretaria de Defesa Social e Poder Judiciário;

Renovamos, por fim, a crença em uma solução consensual, objetivada pelo fórum instituído e coordenado pelo Prefeito do Recife, através da revisão do projeto apresentado pelo Consórcio Novo Recife, a partir de diretrizes urbanísticas a serem determinadas após consultas democráticas próprias, para que a revitalização e o desenvolvimento daquela importante área urbana de nossa cidade atendam aos interesses da coletividade e não dependa de futuras e incertas decisões judiciais.

Recife, 17 de junho de 2014.

PEDRO HENRIQUE BRAGA REYNALDO ALVES

OAB-PE
ROBERTO MONTEZUMA
CAU-PE
TOMÁS LAPA
MDU/UFPE
RODRIGO PELLEGRINO
UNICAP
JOSÉ MÁRIO ARAÚJO CAVALCANTI
CREA-PE
AMÉLIA BEZERRA LEITE
OBSERVATÓRIO DO RECIFE

Assunto: Ministério Público não foi avisado da reintegração

Veículo: Blog do Jamildo

Data: 17/06/2014

Editoria:

Seção:



O mimimi do Ministério Público. Não foi avisado da reintegração



Veja a nota oficial enviada ao Blog de Jamildo

1. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, ingressou com Ação Civil Pública questionando a legalidade dos procedimentos administrativos que licenciaram as obras do Projeto Novo Recife, sendo que a presente Ação encontra-se pendente de julgamento pelas instancias superiores do Poder Judiciário.

2. Foi proposto Interdito Proibitório pelo Consórcio Novo Recife, solicitando a imediata retirada dos manifestantes do Cais José Estelita, sendo deferida liminar monocrática, no âmbito do TJPE, pelo Relator Substituto. Esta decisão foi objeto de Agravo manejado pelo MPPE ainda pendente de julgamento pela Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, com julgamento previsto para 18/06/2014.

3. Considere-se, ainda, a tramitação de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal onde diversas irregularidades são apontadas no licenciamento do Projeto Novo Recife, ainda pendente de julgamento pelas instâncias superiores da Justiça Federal, com decisão liminar proibindo a demolição e construção pelo Consórcio Grande Recife no local.

4. No mesmo diapasão ainda permanece pendente de julgamento Ação Popular movida por segmentos representativos da sociedade civil, a depender de julgamento pelo Poder Judiciário.

5. Após a realização de várias audiências no MPPE, e o ingresso da Prefeitura do Recife nas tratativas, foi formalizado em 16 de junho de 2014 uma proposta de procedimentos para redesenho, mediante acordo, do Projeto Novo Recife pelo Consórcio e Prefeitura, garantida a ampla participação popular e a estrita observância dos trâmites legais, no prazo de 30 dias, conforme previsão do art. 2º, II, da Lei 10.257/2001.

6. Em audiência realizada no Ministério Público Estadual, na data de 23 de maio de 2014, presentes a Polícia Militar de Pernambuco, Prefeitura do Recife, representantes do Projeto Novo Recife, Movimento Direitos Urbanos e sociedade civil, foi acordado que enquanto perdurarem as negociações entre as partes não haveria ação policial para eventual desocupação do local, sem a prévia comunicação ao Ministério Público de Pernambuco. Garantindo assim, como determina os instrumentos internacionais e nacionais de garantias de direitos que o uso de força pelo Estado seja implementado de forma moderada após esgotado todos os recursos de mediação e solução pacífica de conflitos, “Código de Conduta das Nações Unidas para os Responsáveis pela Aplicação das Leis” (1978), bem como os “Princípios Básicos das Nações Unidas sobre a utilização da Força e de Arma de Fogo pelos Responsáveis pela Aplicação da Lei” (1990).

7. Sendo assim, apesar do compromisso do Consórcio Grande Recife e da Polícia Militar de Pernambuco, foi noticiado que, na madrugada deste 17 de junho de 2014, sem o conhecimento do Ministério Público do Estado de Pernambuco, ocorreu a desocupação violenta do local, mediante a utilização de força policial, desconsiderando o diálogo entre as diversas partes, com a perspectiva iminente de celebração de um acordo para desocupação e redesenho do Projeto Novo Recife, evitando danos aos cidadãos, as instituições, a liberdade de expressão e ao Estado democrático de Direito.

8. O MPPE está atento as violações de direito eventualmente ocorridas e adotará as providências legais dentro de sua competência institucional de defesa da liberdade de expressão, da ordem jurídica e do Estado democrático de Direito.

Recife, 17 de junho de 2014.

RICARDO V. D. L. DE VASCONCELLOS COELHO
PROMOTOR DE JUSTIÇA

MAXWELL ANDERSON DE LUCENA VIGNOLI
PROMOTOR DE JUSTIÇA

MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA
PROMOTOR DE JUSTIÇA

| | |
|---|------------------|
| Assunto: Quatro pessoas são detidas na desocupação do Estelita | |
| Veículo: Blog do Magno Martins | Data: 17/06/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Quatro pessoas são detidas na desocupação do Estelita



Quatro manifestantes foram detidos e vários outros ficaram feridos durante a reintegração de posse do terreno do Cais José Estelita, na área central do Recife, na manhã desta terça-feira (17). Pelo menos três pessoas foram socorridas para hospitais do Grande Recife. Entre os detidos há dois estrangeiros - um peruano e outro argentino. Foram instalados tapumes na entrada do terreno.

De acordo com a Polícia Militar de Pernambuco, que permanece na área, o local está desocupado

Todos os detidos foram levados para a Central de Flagrantes da Polícia Civil, no bairro de Campo Grande. Segundo o capitão Júlio Aragão, eles serão investigados por "desobediência, por ameaça e incitação de violência". Os quatro já prestaram depoimento e contra eles foi registrado um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) por desacato e resistência, contravenções de menor potencial ofensivo.

O Corpo de Bombeiros informou que três pessoas precisaram ser removidas para unidades de saúde. Duas delas foram levadas ao Hospital Tricentenário de Olinda: uma mulher que desmaiou e um rapaz de 18 anos que foi atingido por estilhaços de bomba de efeito moral.

De acordo com a unidade de saúde, o manifestante sofreu arranhões leves no peito e no braço, mas já teve alta. A outra manifestante inalou muito gás lacrimogêneo e segue em observação, sem previsão de alta. Um outro homem foi levado para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Imbiribeira, na Zona Sul do Recife.

“Nós fomos surpreendidos pelo descumprimento de um acordo firmado por duas secretarias de

Pernambuco, a de Defesa Social e a de Direitos Humanos, e o Ministério Público, que haviam firmado um ajuste com o movimento. Eles deram a palavra de que o mandado de reintegração de posse só viria ser cumprido com aviso prévio de 48 horas para que nós pudéssemos, voluntariamente, desocupar o espaço, sem necessidade de uso da violência”, apontou Liana Cirne Lins, advogada e integrante do grupo Direitos Urbanos (DU).

Segundo ela, os advogados dos manifestantes foram impedidos de entrar no terreno pelos policiais. “Fui empurrada pela polícia para fora e inclusive fui vítima de violência [...] Quando a própria advogada é vítima de agressão policial como eu fui, apanhei com cassetete do policial do Gati [Grupamento de Apoio Tático Itinerante da PM] sem nenhuma necessidade, acho que isso é ilustrativo do que aconteceu com os ativistas pacíficos. Ficou notória a intenção de cumprir o mandado com o máximo de violência”, afirmou Liana Cirne.

“O Batalhão de Choque esteve presente para garantir o cumprimento do mandado de reintegração de posse, por ordem da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A negociação começou a partir das 5h15 e por volta das 6h17 a Polícia Militar teve que dar cumprimento ao mandado porque havia uma resistência e uma clara ameaça ao cumprimento”, afirmou o capitão Júlio Aragão, assessor de comunicação da PM.

Segundo o PM, os policiais devem permanecer no local. “Vai ser necessário fazer a segurança para que os manifestantes não retornem. É uma área privada e vai ser entregue ao dono do terreno. A gente alerta os manifestantes e outros interessados que a ocupação desse terreno, tendo uma medida judicial em vigência, é um ato criminoso, um delito, e se assim for feito, se invadir, e houver determinação novamente da Justiça, a PM vai cumprir aquilo que estiver estabelecido em lei”, completou.

De acordo com a Secretaria de Defesa Social, foi tentada uma negociação para a saída dos manifestantes ao longo de 15 dias, após a reunião feita com a Secretaria de Direitos Humanos e representante do grupo Direitos Urbanos. Segundo a SDS, na reunião desta segunda (16), na Prefeitura do Recife, os manifestantes voltaram a afirmar que não sairiam do terreno, o que teria impossibilitado a negociação. Deste modo, conforme a SDS, a PM cumpriu a ordem judicial porque não houve acordo.

Início da desocupação - O Batalhão de Choque, o Regimento da Polícia Montada e a Companhia Independente de Policiamento com Cães (CIP-Cães) da Polícia Militar fizeram um bloqueio no terreno para cumprir o mandado. Quem passou pelo local pela manhã ouviu o barulho de bombas de efeito moral e fumaça perto das barracas da ocupação. Um bloqueio policial foi montado na altura do Cabanga e nenhum carro pôde entrar na avenida do Cais.

No local, a Polícia Militar apresentou um documento onde afirma que a intenção é apoiar a oficial de justiça designada para cumprir a decisão do juiz. Apesar do mandado de reintegração de posse do terreno ter sido emitido no dia 29 de maio, havia um acordo entre os manifestantes e a PM de que seria feito um levantamento sobre o tipo de ocupação no Cais antes da retirada do grupo.

Segundo o advogado Alexandre da Maia, integrante do Direitos Urbanos, a PM informou que seria montado um esquema de desocupação junto com os envolvidos na situação. A data da reintegração de posse não ficou definida durante a reunião realizada no dia 2 de junho, que envolveu as secretarias de Defesa Social (SDS), de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDS DH) e representantes do Direitos Urbanos (DU).

Em nota, o Consórcio Novo Recife, responsável pela obra, disse que “a ilegalidade da ocupação ocorrida no dia 21 de maio foi reconhecida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, ao determinar a imediata desocupação do referido imóvel. O não acatamento pelos ocupantes da ordem judicial resultou na determinação de uso da força policial para o cumprimento do

mandato de reintegração expedido pelo Tribunal de Justiça". Veja mais abaixo a íntegra do comunicado das construtoras.



Também em nota, a Prefeitura do Recife informou que está conduzindo o diálogo e a negociação sobre o projeto Novo Recife com a participação de órgãos como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Observatório do Recife, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco (Crea-PE) e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU). Até o momento, foram

realizadas quatro reuniões em que houve a escuta dos representantes do Movimento Ocupe Estelita, Consórcio Novo Recife e Ministério Público Estadual e Federal.

Acordos recentes - Na segunda-feira (16), em uma reunião na Prefeitura do Recife, foi fixado um prazo de 30 dias para serem estabelecidas as novas diretrizes urbanísticas para a área do Cais José Estelita.

Participaram entidades como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Uma proposta de procedimentos foi assinada e será encaminhada ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Ministério Pública Federal (MPF), Consórcio Novo Recife e movimento Ocupe Estelita, que devem participar do processo de elaboração do novo projeto imobiliário para a área.

Na ocasião, foi combinada a convocação de uma audiência pública pela Prefeitura do Recife após o estabelecimento dessas diretrizes. O Consórcio Novo Recife terá, então, mais trinta dias para realizar o redesenho do projeto. Depois disso, o acordo é realizar uma nova audiência pública para que novas contribuições sejam feitas pelos envolvidos, mediante aprovação da prefeitura.

Em relação à reintegração de posse do terreno, o prefeito Geraldo Julio disse que o assunto não foi tratado na reunião, mas que deve ser realizado em um acordo entre o movimento e as construtoras.

Assinaram o documento representantes do CAU, IAB, Crea, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), UFPE, Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec), Observatório do Recife e Fórum Estadual de Reforma Urbana (Feru).

Entenda o caso - A área do cais foi ocupada em 21 de maio por manifestantes contrários ao projeto Novo Recife, plano imobiliário de um grupo de construtoras que prevê a construção de torres residenciais e comerciais num terreno de 10 hectares, no Centro Histórico do Recife. Eles pedem a nulidade do processo administrativo que aprovou o projeto, que hoje é objeto de ações judiciais questionando sua legalidade.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) concedeu a reintegração de posse da área, atendendo a um pedido feito por advogados do Consórcio Novo Recife. O DU e o Ministério Público recorreram da decisão, que ainda não foi analisada pela Justiça estadual. No dia 3, a Prefeitura do Recife anunciou a suspensão da licença que permitia a demolição de galpões da área do cais.

No dia 5, o engenheiro Eduardo Moura, representante da Moura Dubeux Engenharia, afirmou que o Consórcio Novo Recife concorda em produzir um novo projeto para o terreno.

A polêmica - Em 2013, a Prefeitura do Recife aprovou novas medidas referentes ao polêmico projeto imobiliário, exigindo novas ações mitigadoras - tomadas para compensar os possíveis danos causados pela construção. O valor da compensação subiu de R\$ 32 milhões para R\$ 62,7 milhões, com a inclusão de biblioteca, túnel e um parque linear, entre outros itens.

Um termo de compromisso entre a gestão municipal e consórcio de construtoras responsável pelo Projeto Novo Recife foi assinado na ocasião.

Desde que foi criado, em 2012, o projeto é alvo de polêmicas. Cinco ações questionam o Novo Recife: uma civil pública do Ministério Público estadual, uma do Ministério Público federal e três ações populares. As ações populares pedem a nulidade do ato administrativo do Conselho e Desenvolvimento Urbano (CDU) que aprovou a proposta imobiliária no fim de 2012.

| | |
|---|------------------|
| Assunto: Consórcio culpa manifestantes por caos no José Estelita | |
| Veículo: Blog do Magno Martins | Data: 17/06/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Consórcio culpa manifestantes por caos no José Estelita

O Consórcio Novo Recife se pronunciou há pouco, por meio de nota enviada à imprensa, sobre o processo de reintegração de posse promovida pela Polícia Militar de Pernambuco, no início da manhã desta terça-feira (17), visando à desocupação do imóvel de propriedade do consórcio, localizado na Av. José Estelita.

A ação foi intensamente criticada por integrantes do Movimento Ocupe Estelita, que, entre outras, denunciam o uso da violência por parte dos policiais e o não cumprimento dos acordos realizados nas várias rodadas de diálogo entre representantes do poder público, do consórcio e dos movimentos contrários ao Projeto Novo Recife.

O consórcio alega que o Tribunal de Justiça de Pernambuco reconheceu, no dia 21 de maio de 2014, a ilegalidade da ocupação, ao determinar a retirada imediata dos manifestantes. O não acatamento da ordem, segundo a nota, resultou no uso de força policial como forma de cumprir o mandado expedido pelo TJPE, um processo “inerente ao estado democrático, onde o direito de propriedade deve ser protegido”.

O consórcio reitera, ainda, que, por meio de notas divulgadas nos três principais jornais do estado, buscou o diálogo junto aos manifestantes como forma de promover uma desocupação “ordeira e pacífica do terreno”.

Leia a íntegra da nota enviada pela assessoria de comunicação do Consórcio Novo Recife: “Em razão dos acontecimentos decorrentes da ação de reintegração de posse promovida pela Polícia Militar de Pernambuco, visando à desocupação do imóvel de propriedade do Consórcio Novo Recife, localizado na Avenida José Estelita, temos a informar:

1 - A ilegalidade da ocupação ocorrida no dia 21 de maio foi reconhecida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, ao determinar a imediata desocupação do referido imóvel. O não acatamento pelos ocupantes da ordem judicial resultou na determinação de uso da força policial para o cumprimento do mandato de reintegração expedido pelo Tribunal de Justiça.

2 - Esse procedimento é inerente ao estado democrático, onde o direito de propriedade deve ser protegido.

3 – O Consórcio Novo Recife, através de notas publicadas nos três jornais de maior circulação do estado, em várias edições, assim como também divulgadas nas redes sociais, apontou como melhor caminho a favor do entendimento e do diálogo, a desocupação ordeira e pacífica do terreno.

4 – O consórcio registra também que durante todo o período de tramitação do processo de aprovação do Projeto Novo Recife, sempre manteve uma postura de acatamento das recomendações nas várias instâncias técnicas – municipais, estaduais e federais.

5 – O consórcio, que sempre esteve aberto ao diálogo, adere à ‘proposta de procedimentos’ da

Prefeitura do Recife, contemplando uma agenda de trabalho voltada para a discussão do projeto, que desde o seu início, sempre objetivou a melhor solução para a nossa cidade.

Assim, é com a crença de que a serenidade nos levará ao encontro do entendimento que sempre buscamos, pelo Recife.

Consórcio Novo Recife.”